

do Palácio do Governo, da administração e associação apressaram cumprir o transecurso da data de hoje, zação universal.

RIO 31 — A propósito da en-
viada que o sr. Flores da
(Continua 4.^a pag.)

men e aquela dred. No
círculos bem informados
dizem que isto parece ape-
nas questão de tempo.

cos de classe, que deram
los a Sua Excelência pela
consagrada à confratern

transcurso da data de ho-
zação universal.

RIO, 31 — As Confederações, Federações e Sindicatos dos Empregados (Conclui na 4.^a pag.)

CHIANG-KAI-SHEK ASSUME A RESPONSABILIDADE DOS FRACASSOS

PROMETEU LUTAR ATÉ A MORTE PARA EXPULSAR OS COMUNISTAS DA CHINA — RECONHECIMENTO DO REGIME DE PEQUIM — CONSULADO SOVIETICO EM SHANGAI — O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO — PROTESTO DE 10 MARINHOS NORTE-AMERICANOS

TAIPE, 31 — O generalíssimo Chiang-Kai-Shek assumiu totalmente a responsabilidade pelos fracassos do Governo nacionalista.

A mesmo tempo, Chiang-Kai-Shek prometeu lutar até a morte para expulsar os comunistas da China.

EUNIU-SE O PARLAMENTO

TAIPE, 31 — Yuan Executivo (Parlamento Nacionalista Chinês) reuniu-se pela primeira vez, depois do abandono do continente, enviou um telegrama ao Parlamento pedindo-lhe que não reconhecesse o regime de Pequim.

CONSULADO SOVIETICO DE SHANGAI

HONG-KONG, 31 — A emissora de Peiping informou que o Governo comunista chinês aprovou a abertura do consulado soviético em Shanghai.

O aludido consulado começou a funcionar ontem, estando à frente do mesmo um funcionário que respondia pelo consulado durante o Governo nacionalista.

PROBLEMA DE ALIMENTAÇÃO

HONG-KONG, 31 — O Ministro da Fazenda comunista previu que no próximo ano a China resolverá seu problema de alimentação, sem precisar recorrer à importação de alimentos do estrangeiro.

PROTESTARAM

HONG-KONG, 31 — Dez marinheiros norte-americanos, dizendo-se representar a maioria da tripulação do navio "Flying Arrow", telegrafaram para Washington, hoje pedindo proteção por terem sido forçados a entrar em águas chinesas.

"A UNIÃO"

PATRIMONIO DO ESTADO FUNDADA EM 1892
Redação, Administração e Oficinas — Edifício da Imprensa Oficial — Rua Duque de Caxias
João Pessoa — Paraíba

Diretor — SILVIO PORTO
Secretário — EDSON REGIS
Gerente — JOSE DE ALMEIDA COUTINHO

TELEFONES:

Redação 1145
Gerência 1211

A correspondência comercial deve ser enviada ao Gerente de "A UNIÃO" — Endereço Telegráfico: IMPRENSOR

ASSINATURAS:

Anual 80,00
Semestral 45,00

NUMERO AVULSO:

Capital 9,50
Interior 0,80
Estado: Pedro Henriques de Araújo

DECORREU COM BRILHANTISMO AS FESTIVIDADES — NOS BAIRROS E NAS PRAIAS — A LAPINHA DO HOSPITAL

Deixe ontem, o povo paraibano, com entusiasmo a comemoração do ano de 1950.

Em vários bairros desta capital, bem como nas praias, o Ano Novo está sendo celebrado com animadas festividades. O serviço de ônibus em diversas linhas, foi reforçado, notando-se nas ruas desfilado movimento de veículos e pessoas.

Nas Igrejas e demais tem-

plos religiosos real, amase as tradicionais comemorações assinalando a passagem do Ano. Essas festividades prosseguem hoje, constantes de entretenimentos populares, como sejam lapinhas, barracas de doces e doces, danças, etc.

Em Tambor, o Acria realizou animado baile, em seu dancing ao ar livre, revalando-se as danças do maior baile. Na praia do Póco, os veraneístas festejam a data, debaixo

de muita animação, tendo sido instalado, ali um dancing.

LAPINHA DO HOSPITAL

SANTA ISABEL
Dentre as comemorações, da entrada do Ano de 1950, destaca-se a lapinha que vem sendo realizada em frente ao Hospital Santa Isabel.

Ontem, a referida lapinha esteve sob os auspícios da classe patrocinadora dos funcionários do hospital, e hoje, terá o IPASE.

Será ainda encerrado esses festejos, celebrados missa campal, pelo padre José Trigueiro.

EM MARÉ

Os moradores de Maré, organizaram um interessante programa de festividades a fim de comemorar a passagem do ano.

Hoje, prosseguem naquela localidade, vários entretenimentos populares, destacando-se com brincas, cartões, barracas e danças.

As 4 horas, será celebrada missa na capela local.

NA RUA BRANCA DIAS

Na rua Branca Dias, está sendo festejado, com bastante entusiasmo, a entrada do ano novo, tendo sido organizado, um vasto programa constante de discursos e entretenimentos populares.

A comissão encarregada dos festejos está se esforçando a fim de que os mesmos alcancem brilhantismo.

NA AV. CONCEIÇÃO

Como, vem fazendo todos os anos, os moradores dessa artéria estão festejando a entrada do Ano Novo.

Desde ontem, naquela avenida, em Jaguaribe, vários entretenimentos populares.

No pavilhão principal, serão realizadas danças ao som da afimada orquestra. Circulará durante as festas, o jornalinho humorístico "O PAPAGAIO".

NA RUA S. LUIZ

Em Cruz das Armas, na rua

recentemente promovidos, destacou-se o nosso conterrâneo Major Ivo Borges da Fonseca Neto, ex-comandante da Polícia Militar do Estado e elemento destacado das Forças Armadas.

Atualmente, o Major Ivo Borges da Fonseca Neto exerce as funções de sub-comandante do 115º P. F. nesta cidade.

Procedente de São Paulo, chegou ontem a esta cidade, por via aérea o dr. Haroldo Espinola de Oliveira Lima, distinto viajante que é Fica da Carteira de Importação. Exportação do Banco do Brasil na Metrópole Paulista, encontra-se em gozo de férias em visita a sua família.

Deputado João Pessoa — Aniversário, ante-ontem, o deputado João Felto, membro da Assembleia Legislativa da Paraíba, motivo pelo qual foi muito cumprimentado.

Dr. José Alves de Melo — Passou, ontem, a data natalícia do nosso conterrâneo dr. José Alves de Melo, jornalista e Procurador da República, em S. Luiz do Maranhão.

Assistência Pública — 1234; Permanência de Polícia — 741 Corpo de Bombeiros — 1212; Informações — 02; Reclamações de luz — 1207; Inter-urbano — 06; Reclamações de água — 1850; Reclamações de Telefones — 122.

Lançamento de bombas-foguetes

BERLIM, 31 — O jornal anti-comunista "Der Abend" afirma que os russos reconstruíram a antiga base nazista de lançamento de foguetes em Peenemünde, no Báltico.

Acrescenta que os russos já iniciaram experiências com o lançamento de foguetes em Peenemünde.

Entraram em greve

BELO HORIZONTE, 31 (M) — Entraram em greve todos os trabalhadores das empresas de navegação do Rio São Francisco.

Os Mercante que revelou o aumento de salário a eles concedido, suas empresas exploradoras da navegação no Rio São Francisco.

São Luiz, o Ano Novo, vem sendo saudado com festividades. Funcionam na referida artéria vários pavilhões, barracas e outros entretenimentos populares.

NO BAIRRO DO ROGERS

Nos próximos dias 4, 5, 6, 7 e 8 do corrente, terão início, no bairro do Rogers, as festividades comemorativas aos Santos Reis, em benefício da Igreja de Santa Teresinha, em construção, ali.

Esses festejos, que prometem revistar de todo, constarão de vários entretenimentos populares, inclusive pavilhões, cartões e barracas.

A comissão encarregada da Festa de Reis, no bairro do Rogers, dirigida pelo senhor Padre Antônio, vem se esforçando no sentido de que a mesma alcance o maior brilho.

Deverão enviar prêmios para o Pavilhão Principal, até o dia 4, os drs. José e Melo Lúis; João Soares, Higino Brito; Antonio Carvalho, Rafael Correa, Terribilun Brito, tenente Severino Viana; irms. Nazinha Coutinho, Ana Carolina Pires Ferreira, Maria José Ribeiro, Nadir Guedes Pereira, Nínia Gama, Nini Melo, Irene Miran, da e sr. Aurea Souto, Major,

REGISTO

—FEZ ANOS ONTEM:

A menina Celecina, filha do sr. Sebastião Freire de Araújo, proprietária nesta cidade, e de sua esposa, sra. Antonia Barbosa Friere.

FAZEM ANOS HOJE:

A menina Luci, filha do sr. Manuel Lourenço Soares, e de sua esposa, sra. Augusta Barbosa Soares.

A menina Ivete, filha do sr. João José da Silva e de sua esposa, sra. Beatriz Bezerra da Silva.

O sr. Manuel Cavalcanti, funcionário da Divisão de Rádio, do Departamento de Publicidade.

A menina Maria, filha do sr. Pedro de Mendonça Furtado, alto comerciante e vice-prefeito, em Santa Rita, e de sua esposa, sra. Georgina da Silveira Furtado.

O menino Marcelo, filho do sr. Nelson Finizola, e de sua esposa, sra. Francisca Moró Finizola, atualmente residindo em Recife.

O sr. Romeu Aragão de Abreu, funcionário do Departamento de Publicidade.

O menino Paulo Roberto, filho do sr. João Peixoto Pessoa, funcionário da Secretaria das Finanças.

O dr. Renato Bastos, advogado no foro desta capital.

O menino José, filho do sr. José de Lima, já falecido.

O menino José, filho do sr. José Gomes de Oliveira, comerciante neste Estado.

A menina Ozelis, filha do sr. Amaro Gomes, do comércio desta praça.

A senhorita Ercila Ferreira da Silva, filha do sr. Manuel Ferreira da Silva, funcionário estadual, residente nesta capital.

A menina Ivaldina, filha do sr. Moacir Soares, funcionário do Banco do Estado da Paraíba.

O sr. Eclito Vidal da Nobrega, auxiliar do comércio desta praça.

A sra. Luiza da Silva Soares, esposa do sr. Sebastião Arcanjo Soares, funcionário estadual.

A sra. Dida França Marinho, esposa do sr. Severino Candido Marinho, alto funcionário da Secretaria das Finanças.

A sra. Nanuca da Costa Ribeiro, esposa do sr. Telmaco Ribeiro, funcionário da Imprensa Oficial.

O sr. Inácio Lopes, funcionário estadual.

O sr. Hemetério do Nas-

cimento, artista aqui residente.

O sr. Francisco Barbosa Duarte, auxiliar da Cia Costeira, nesta capital.

O sr. Jaime Cesar, lojista desta praça.

O sr. Francisco de Assis Ferreira, funcionário da Imprensa Oficial.

O menino Custódio, filho do sr. Custódio Santana, já falecido, e de sua esposa, sra. Maria Carneiro Santana.

FAZEM ANOS AMANHÃ:

O menino Edvaldo José, filho do sr. Menelau Alves de Beringuer, já falecido.

A sra. Maria Isabel Bezerra, esposa do sr. Raimundo Bezerra, funcionário estadual.

A sra. Heroldes Medeiros de Luna, esposa do sr. Francisco Luna, funcionário da Great Western.

O sr. Augusto José Diniz, residente nesta cidade.

A menina Maria Lúcia, filha do sr. José Xavier de Carvalho, funcionário federal, e de sua esposa, sra. Matilde de Souza Xavier de Carvalho.

CASAMENTOS:

Realizou-se, ontem, nesta capital, o enlace matrimonial da srta. Hêlia Primola da Silva, auxiliar da Saboaria Pernambuco S.A. e filha do sr. Daniel Emídio da Silva, já falecido, e da sra. Rosa Primola da Silva, com o sr. Valdirino Lima, mecânico da Laminado e Artefatos de Ferro S.A.

Serviram de testemunhas por parte da noiva o sr. Luiz Primola, funcionário do Banco do Brasil, e esposa; e por parte do noivo o sr. João Gomes e esposa.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

VIAJANTES:

Padre Hilton Bandeira — Do Rio de Janeiro, regressou, ante-ontem, o padre Hilton Bandeira, vigário da paróquia de Alagoa Grande.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

Os recém-casados fixarão residência em Recife.

FARMACIA DE PLANTÃO

Estarão de plantão, hoje e amanhã, as Farmácias MINERVA, á rua da República e a AMERICANA, á rua Visconde de Pelotas.

TELEFONES DE EMERGENCIA

Assistência Pública — 1234; Permanência de Polícia — 741 Corpo de Bombeiros — 1212; Informações — 02; Reclamações de luz — 1207; Inter-urbano — 06; Reclamações de água — 1850; Reclamações de Telefones — 122.

NOTAS DE ARTE

SINFONIA DO ANO

Desejaria ser pianista agora, e que as teclas desta máquina de escrever fossem as de um piano de cauda. Eu comporia, então, uma grande rapsódia para você, leitor amigo. Uma rapsódia que seria uma mensagem de otimismo e fraternidade para saudar nesse alvorecer de 1950.

Acontece que não sou pianista. Mas, por isso, não vou deixar de cumprimentar, batendo estas "mal traçadas linhas".

Cada ano se assemelha a uma sinfonia, com os seus movimentos de tristeza e alegria. O início do ano é uma espécie de "allegro non troppo". Tudo é claridade, sonhos, exaltação, sorrisos. Nem sempre, porém, marchamos nesse ritmo de entusiasmo, na grande pauta dos 365 dias. À medida que caminhamos, surgem sombras à nossa frente, espelhos no nosso caminho. Pouco a pouco, o espírito se sente exausto e procura um recanto para meditar e sofrer. Esquecermos as notas dissonantes, os ruídos do mundo exterior, as trombetas que anunciam guerras e pesadelos.

Aparece, então, outro ritmo: o "andante". É um momento de repouso, de recolhimento, de reflexão. Quem na vida não conheceu um "andante" ou um "largo"? A gente se afasta do mundo, das suas loucuras e prazeres efêmeros, eleva o espírito a Deus e rezamos. Ouvimos violinos, Choram violoncelos, Soluçam harpas. Entretanto, tudo passa como fumaça, como já dizia aquele tristonho Puccini.

A brisa beija-nos com ternura. O céu é puro como

um rosto de criança. O sol arde nos olhos. Vamos, então, marchando em ritmo de "preste agitado".

Você já ouviu a 5ª Sinfonia de Beethoven? Que pergunta...

Pois bem, a nossa vida é assim como a 5ª Sinfonia do velho mestre de Bonn. Depois de tantas lágrimas, de tantos padecimentos, de tantas amarguras, termina nos quasi sempre otimista de entusiasmo, de euforia, de triunfo.

Mas, nem todas as vidas se parecem com a "Sinfonia do Destino". Há vidas assim como a "Patética" de Tchaikowski. Conclui em lágrimas e soluços. Que a sua vida não seja trunca uma sinfonia Patética, meu caro leitor. Nesse 1950, quando o homem do século XX entra para os seus 50 anos de existência, deseje-lhe que todos os seus planos e esforços sejam coronados de êxito. Que você vença todos os obstáculos, todas as dificuldades.

Quando vier o desatino, o pesimismo, o tédio, faça como o genial guru de Bonn, aquele gigante irascível, aquele alentejado de um coração de criança no peito. Nunca abriram alas à sua pastagem por este mundo. Nem jogaram flores nos seus cabelos revoltos. No entanto, com que dignidade, com que altivez, ele marchou na vida! Já no fim da jornada ainda teve forças para encorajar o filho da fraternidade, o mais belo de todos os cantos, naquela monumental página que é a 9ª Sinfonia. — CARLOS ROMERO

RECORDES...

GINETTE NEVEU

PARIS — O Presidente do Ministério da Educação, do Conselho, por proposta citou na Ordem da Nação, Ginette Neveu tragicamente morta no acidente de aviação dos Açores. A citação foi publicada no diário oficial e diz:

"Ginette Neveu — Artista de grande talento, que contribuiu em muitos países para a irradiação da arte francesa, e da qual a catástrofe aérea dos Açores, que a fez desaparecer, em plena mocidade, priva dolorosamente a nação de que ela era ornamento".

EM FAVOR DOS PINTORES E ESCULTORES

Saudação ao jornalista

(Conclusão da 1ª pag.) estiveram, hoje, no Catele, cumprimentando o presidente Dutra pela passagem do Ano Novo.

Entregaram uma mensagem congratulatória, fazendo votos para que o Governo continue dentro dos princípios da paz social, concluindo por lhe dar o título de "Presidente da Paz Social".

Usaram da palavra o deputado Euvaldo Lodi, pelas classes patronais, o sr. Galvão Ribeiro Duarte, pelos trabalhadores e o jornalista Gomes Tal...

Continua preso o suspeito, etc.

(Conclusão da 8ª pag.)

ESTUDAM O "CURARE"

RIO, 31 — (M.) — A propósito da já rumorosa caso da morte do sr. Monique, esposa do sr. João Carlos da Silva Ramos, o professor Paulo Carneiro que acaba de chegar de Paris, declarou que na França há mais de 50 laboratórios de fisiologia estudando a questão do "curare" e Claude Bernard foi o autor do profundo trabalho de análise sobre o "curare".

Na sua mensagem de Ano Novo, etc.

(Conclusão da 1ª pag.) ano de eleições, solicitar atenção para uma política que resguarde a própria estrutura da economia nacional. Teve o Governo de recorrer às emissões em virtude dos déficits orçamentários, cujo montante em vultosas despesas ainda não pode ser calculado com precisão. Deseja-se, pede-se a colaboração de todos para não reatir no círculo vicioso dos déficits, das emissões, dos salários, dos preços em ascensão que se afiguravam dominados pelos esforços feitos em 1947 e em 1948 quando se obteve o equilíbrio. Essa principal advertência devemos fazer no limiar do ano novo. E com o pensamento em Deus todos os nossos votos são formulados pela felicidade dos nossos conterrâneos, pela paz e pela grandeza do Brasil.

HABITAÇÕES

Também, quanto à habitação popular, o acerto do que se realizou é digno de menção: 5 mil 999 casas construídas pela Fundação da Casa Popular até 31 de outubro último e 17 mil 119 moradias construídas ou em construção em 1949 pelas instituições de Previdência Social.

Refere-se, em seguida, S. Excia., à re-estruturação das Forças Armadas e o incentivo do aparelhamento bélico do Exército, a remodelação do ensino militar e a incorporação de novas unidades.

CRÍTICAS AOS ORÇAMENTOS

Adiante disse que tanto o orçamento deste ano quanto o de 1950 foram votados com êxito, no último extraordinariamente vultoso. O Tesouro não dispõe de recursos para atender o total das despesas autorizadas. E critica longamente a elaboração dos orçamentos, a dispersão dos recursos e a perda do caráter do programa de trabalho do governo federal, as dotações estranhas aos deveres da União. Terminando, diz: "Sinto-me no dever de, ao iniciar-se este

IODO PARA AS AVES

(Conclusão da 5ª pag.)

As nossas terras são pobres de cálcio, de fósforo e de iodo. Por essa razão o criador precisa juntar esse elemento às rações das suas galinhas, a qual quer que elas cresçam bem, vivam economicamente e produzam a quantidade de ovos que a sua raça pode recomendar.

As galinhas que recebem todos os ração aumentam de peso e aumentam também de produção, devendo-se notar que esse aumento de peso se reflete igualmente nos ovos.

Várias experiências feitas na Europa demonstraram que os ovos de galinhas que receberam todo tiveram um aumento de 18%. Também se verificou que o número de ovos vivos igualmente se tornou muito melhor podendo-se calcular esse aumento em 10%.

Acrescenta-se administrar todo o iodo por meio do iodureto de cálcio pulverizado, o qual é misturado ao carbonato de cálcio. Para uma grama de iodureto deve-se juntar de 250 a 500 de cálcio.

A farinha de peixe substitui o fornecimento de iodo, pois é bem conhecido o valor dessa substância, na qual entram os elementos principais da nutrição que tudo isso não passa mais de um romance policial. Não creio no emprego do "curare" nesse caso sentimental, cujos detalhes desenhados...

MANAÍRA

Confeccionado nas oficinas da Associação da Boa Imprensa S.A. de Recife, circulou ontem nesta Capital, mais um número da Revista "MANAÍRA". Traçando farta matéria e reportagens fotográficas de Campina Grande e do Nordeste, o magazine que obedece a orientação do nosso confrade Egidio de Oliveira Lima, obteve assim mais um sucesso na sua apresentação.

RESOLVIDO O CASO DO ABONO

(Conclusão da 1ª pag.) a diretoria de Fundos do Exército, ontem mesmo recebeu ordens para efetuar o pagamento do abono de Natal, na proporção a que têm direito os primeiros tenentes.

TERMINA HOJE O PRAZO

RIO, 31 — Terminará amanhã o prazo fixado para os empregadores oferecerem suas contestações aos motivos apresentados pelos comerciais, reiniciando o aumento de salários.

Assim, já em princípios de janeiro, deverá ser de cido o julgamento pelo tribunal competente. Entretanto, podemos informar que os empregados estão usando todas as maneiras para protelar o julgamento em causa, certos de que os empregados obterão o aumento desejado na Justiça do Trabalho.

Os empregados em vez de responder a contestação dos empregadores no prazo de 15 dias, estão dispostos por intermédio de seu sindicato a apresentar uma contestação dentro de 4 dias, afim de facilitar o andamento do processo.

Eleitores de 1950

(Conclusão da 1ª pag.) desconhecendo o vice-presidente.

AGUARDA A CHEGADA DA DOCUMENTAÇÃO

RIO, 31 — O TSE resolveu aguardar a chegada da documentação obtida pelo Governo do Piauí, a propósito do pedido de providências do juiz Milcíades Lopes, da Segunda Vara, de Teresina, sobre a falta de pagamento dos...

FÉRIADO BANCÁRIO O DIA 2 DE JANEIRO

AVISO DO BANCO DO BRASIL

RIO, 31 — (M.) — O Brasil afixou em o seguinte aviso: "No dia 2 de janeiro próximo, segunda-feira, o Banco funcionará somente para os serviços de cobranças, das 9 às 11 horas. Os demais bancos observarão o expediente acima. O mercado do café não funcionará."

AVISO DO BANCO DO BRASIL

RIO, 31 — O Banco do

Demarches para uma aproximação

(Conclusão da 1ª pag.) Cunha concedeu ao Diário de Notícias em Porto Alegre, o general Góis Monteiro disse:

— Julgo inacreditável que o sr. Flores da Cunha tivesse se referido a mim e a minha ação como a fez. Se forem verdadeiras suas declarações a meu respeito, então serei obrigado a cancelar toda a minha disposição em relação ao mesmo deputado, depois de nossa reconciliação em 1945.

Acrescentou que repete as acusações do sr. Flores da Cunha tanto a que procure aniquilar a UDN, como a que o general Góis Monteiro vota odo no brigadeiro Eduardo Gomes. Principalmente esta última acusação, como a considerou o que se verifica é o reverso, isto é, que ele e o sr. Góis conhece o brigadeiro desde os tempos da Escola Militar, que desde então só lhe tem dado prova de apreço.

OS ACONTECIMENTOS DE ALAGOAS

RIO, 31 — A propósito dos acontecimentos de Alagoas, a MANHA publica um editorial em grande destaque, dizendo que através da campanha contra o sr. Silvestre Pericles, procura se ferir unicamente o "velho Pedro Aurélio".

O jornal salienta: "O general Góis Monteiro, por seu incontestável prestígio político e sua autoridade moral, estima e apreço desfrutados no seio das classes."

Nova fase da sucessão (Conclusão da 1ª pag.) EXAMINAR A PROPOSTA

RIO, 31 — A Comissão Executiva da UDN paulista reuniu-se, hoje, para examinar a proposta do sr. Horácio Laffer sobre a indicação dos nomes paulistas para a sucessão presidencial.

COMÍCIOS PRO-BRIGADEIRO

RIO, 31 — Vários comícios para a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, estão programados para janeiro.

METROPOLE — Hoje às 20 e 30 h.

Prço único — Cr\$ 3,90

Procurado pela policia como responsável por um crime que ele desejava cometer... mas não comeu!

Alan Ladd e Veronica Lake em

A DALIA AZUL

Compls. A Voz do Mundo Jornal

H O J E — Matinée Molstr — O TER. ROR DA SERRA, com Drag Kid e a 5ª série. O CAPITÃO AMERICANO

A UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL, etc.

(Conclusão da 8.ª pag.)
Mas, o tempo trabalhado para a energia atômica e para a energia das outras fontes, e ainda terrenos e equipamentos dos dois países e até diferença a favor da primeira. Por uma revisão minuciosa de todos esses cálculos, tendo em conta as reservas mundiais de urânio que representam 50.000 toneladas disponíveis, o professor Thibaud estabelece que o preço de custo da energia nuclear será intermediário entre o da energia da hulha branca ou verde e o da energia do carvão-vapor. Mas concorda que são estes estimativos incertos e de qualquer forma, a energia atômica não irá substituir inteiramente a outra. O carvão especialmente e conservará a sua primazia em certos domínios industriais e como combustível pelo fato das enormes reservas existentes.

A última metade do livro é consagrada ao aspecto político do problema. O sr. Jean Thibaud acentua fortemente a inquietude atual do mundo no que concerne a uma guerra atômica.

"Quer quer central elétrica de grande potência que utilize uma pilha atômica importante para produzir corrente, diz ele, constituiria simultaneamente uma usina de bombas e de vinhos radioativos muito embora o seu aspecto seja inteiramente industrial". Seria preciso poder controlar internacionalmente o uso das matérias atômicas ou indiretamente possíveis, no caso do urânio e o tório. Mas que, após dois anos de discussões, a O.N.U. não conseguiu fazer adotar um projeto, por causa da oposição russa. Então, não há então a possibilidade de se estabelecerem num plano de governo mundial. A ideia foi mesmo repelida pelos sábios russos. E entretanto, diz o sr. Einstein em palavras cheias de emoções, "eu sou convencido que não há outro meio de eliminar o maior perigo com que o homem jamais se defrontou. O objetivo de evitar a destruição total deve ter prioridade sobre qualquer outro". O professor Thibaud registra essas palavras com uma certa preocupação. Depois de ter a-

nalizado detalhadamente o difícil problema do controle, reproduz com um ardor simpático o projeto de uma República mundial, elaborado na Universidade de Chicago, em 1945, e que foi submetido, particularmente, aos pesquisadores atômicos. Mas compreende perfeitamente que um projeto desse gênero só poderá ter êxito com a sua adesão a uma ideologia social ou religiosa qualquer, considerada como mais importante à humanidade do que a paz, a liberdade e o respeito pelas crenças. O professor Thibaud, aliás, pouca ajuda espera dos sábios. Reproduz a alocação pronunciada no ano passado, num congresso de química, pelo arcebispo de Boston: Seria um suicídio condicionar o controle da energia atômica, pelo menos no que toca as suas possibilidades de destruição, unicamente a homens de ciência...

No entanto o sr. Thibaud declara que o problema moral não pode ser ladeado pelo homem de ciência. Se a bomba atômica viesse ainda a ser empregada, seria preciso tornar a examinar os seus valores e talvez condenar a ciência. Acrescenta que ainda não chegamos a isso. No entanto julga "necessário admitir que um eminente homem de ciência possa se recusar a empreender, a partir de pesquisas puras, trabalhos cuja destinação seja a guerra". Para tranquilizar a sua consciência, alivia um compromisso. A Defesa nacional teria um corpo de engenheiros atômicos que utilizam os resultados da física nuclear. Os pesquisadores civis não seriam constrangidos a trabalhar em obras destrutivas, mas seriam obrigados a guardar segredo quanto aos seus trabalhos que se relacionassem com as utilizações militares. Quem não vê que essa cautela seria ineficaz e que o problema moral se equacionaria desde logo? Na realidade, o sr. Jean Thibaud não achou solução porque isso não é possível no estado atual do mundo e é o que torna trágica a época em que a ciência, inesperadamente, nos amarra, sem se preocupar com o bem ou o mal das suas realizações. — (SFI).

INDUSTRIA DE BEBIDAS ANDRADE

Produtos que se recomendam pela sua finíssima composição:

Canelinha — Vinhos de Caú e Jurubeba — Aguardente Composta — Vinagres — Genebras — Quindons — Conhaques, etc.

Praça Monsenhor Walfredo, n. 5

GUARABIRA — PARAIBA

Mais de 6 milhões de Coqueiros, etc.

(Conclui na 8.ª pag.)

mentícios de largo consumo. A propósito de uma delas, a do côco da Bahia, verifica-se que este ano a previsão é de uma colheita de dois milhões de frutos a mais do que no ano passado.

Há, no Brasil, mais de seis milhões de coqueiros, dos quais propriamente na Bahia apenas 2.276.340, segundo os dados definitivos de 1948.

Na produção total desse ano, que foi de 234.181 milhares de côcos, a Bahia figurou com 56.497 milhares. Em 1949, a relação é diferente contra o Estado que dá o nome à importante palmeira: com 236.327 milhares, 54.023 milhares para a Bahia.

Todas as regiões do Brasil cultivam o côco, mas em quantidades apreciáveis apenas a parte que vai daquele Estado ao do Ceará.

Em números relativos, podemos ver que 94,60% da produção aí se concentram, ficando 22,85% à Bahia e 71,75% aos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Além de consumido "in natura", principalmente em maior escala, nos Estados produtores, conforme os hábitos alimentícios locais, o côco vem tendo crescente industrialização, subindo já no ano passado, a 1.135.783 kg. a produção do côco ralado, a 1.343.124 de óleo, a 108.705 kg. de farinha, a 504.775 a de leite e 345.888 a de torta e farelo.

Haveria, ainda, a mencionar, entre as formas de consumo do côco da Bahia o emprego do fruto, esvaziado da água, como recipiente por fábricas de aguardante no Nordeste.

O valor da produção brasileira do chamado côco da praia sobe, no ano de 1949, a mais de 242 e meio milhões de cruzeiros, constituindo a grande riqueza de larga faixa litorânea da região que é o seu principal "habitat" no Brasil.

Nos Bastidores do Mundo

(Conclusão da 8.ª pag.)

edição de 1936 da Grande Enciclopédia Soviética menciona duas regiões russas como produtoras de urânio.

Entretanto, a edição de 1938 da Enciclopédia Soviética omite qualquer referência ao urânio, e mesmo às áreas em que, segundo a edição de 1936, há depósito desse mineral.

O relatório do Museu Britânico é da autoria do professor russo L. Y. Bashilov.

Foi publicado em Leningrado, como já disse em 1935.

Refere detalhadamente o resultado das explorações do falecido professor Nikolai Bukharin na Ásia Central e na área de Pamir, ao norte da fronteira da Rússia com o Afeganistão.

Bukharin fez tais explorações em busca do rádio e do tungstênio.

Segundo o relatório de Bashilov, estes minerais foram encontrados, assim como o urânio, na região entre Samarkand, ao oeste, e as Montanhas Ferghan, em Kirgiz, ao este.

O relatório de Bashilov tem por título "Depósitos de Minerais Radioativos na Ásia Central e os Problemas da Sua Exploração".

O documento menciona os depósitos de urânio em conexão com minas situadas em Tínia-Munipi, no Turquestão soviético, sobre as encostas das serras Alai, ao sudoeste da cidade de Osh.

As minas em questão — diz o relatório — são ricas em minerais radioativos.

A exploração começou ali a princípios do atual século. O urânio foi explorado...

recebeu o nome de Tínia-Munipi.

Bem, esta é a história do urânio da Rússia.

Como toda a história, esta também tem uma moral.

A moral é fácil de deduzir: as Potências Ocidentais não estão dormindo.

Cientes do perigo que representa uma nação agressiva as Democracias estudam e trabalham para construir as trincheiras científicas e morais de onde defenderão a liberdade, se esta for atacada.

A descoberta do relatório de Bashilov é apenas uma indicação de como trabalham os defensores da dignidade humana.

Clube Esquadrilha V CONVITE

De acordo com a deliberação tomada em sessão de Assembleia Geral realizada ontem, oficialmente a exibição do Clube Esquadrilha V no Carnaval deste ano.

Por esse motivo convidamos todos os associados que pretendam tomar parte ativa na exibição a reunirem-se no dia 3 de corrente na sede social, às 20 horas, em ponto a fim de apresentarem sugestões sobre fantasia, decoração do salão, orquestra etc. havendo como de costume um bon curso, com prêmio para a melhor fantasia apresentada.

A inscrição para esse concurso está a cargo da Diretoria Feminina, Sr. Maria do Carmo Lago.

Secretaria do C. E. V. em 1.º de janeiro de 1950.

Jose Ferreira Vaz — 1.º Secre-

NUMEROS MACABROS

(Conclusão da 3.ª pag.)

A carnificina que se verificou, no último conflito mundial (1939-1945), foi terrível, não há dúvida. Hoje vis a a Alemanha estatística da mortandade, amente ao massacre.

De uma publicação de responsabilidade, extraiu, compungido, os seguintes dados:

O n.º de soldados mortos na 1.ª guerra mundial foi 9 milhões, aproximadamente; na 2.ª, 14 milhões. Com o acréscimo das vítimas da guerra aérea, o n.º se eleva a 26 milhões. Morreram nas batalhas: de 22 russos, um (isto é, da população total); de 25 alemães, um; de 150 ingleses, um; de 500 americanos, um. O n.º dos gravemente feridos: 150 italianos, um; de 200 franceses, um; de 100 e mais ou menos de 30 milhões, de modo que o n.º de vítimas da Segunda Guerra Mundial é aproximadamente de 50 milhões de pessoas.

Vê-se, assim, que o montante da espetacular chacina corresponde, praticamente, à população do Brasil, tendo sido o russo, o mais duramente alvejado.

E com a alma presa da mais profunda mágoa que penho, aqui, em relevo, esses números macabros.

Macabros e horríveis, sim. Onde, os justos anseios de paz que nutrem, á hora que corre, todos os corações bem formados.

Não creio, ademais, em sã consciência, que alguém deseje uma nova catástrofe, posto que a guerra exaure os recursos vivos da nacionalidade e faz a seleção negativa dos grupos humanos, deixando, como triste legado, rios de sangue e a massa apreciável de mutilados e insanos mentais.

Desgraçadamente, somos obrigados, por um imperativo da realidade dos fatos, a endossar aquelas palavras de Victor Hugo: "A paz universal é uma hipérbole, da qual o gênero humano segue as assinações".

Homens de boa vontade: Precisamos reprimir de uma vez para sempre, esse "desejo diabólico" de guerra, essa obsessão criminosa de extermínio em massa dos nossos semelhantes. Precisamos de Paz e de mais sentimento de compreensão entre os homens o lema que se impõe, no limiar do Ano Santo de 1950.



Hoje às 20 hs. — Preços: Cr\$ 3,60 e 2,40
Dennis Morgan, Jack Carson e Janie Paige
na deslumbrante revista "Colorida"
UM SONHO E UMA CANÇÃO

HOJE MATINEE ÀS 15 HORAS
Preços Cr\$ 2,40 e Cr\$ 1,60
1.ª série de CAPITÃO AMÉRICA, juntamente
LUVA REVELADORA e mais varios
complementos

Caixa Economica Federal da Paraíba

AVISO

A Caixa Economica Federal da Paraíba torna público que no proximo dia 2 de janeiro (2.ª feira) o expediente será o seguinte:

13,20 às 16,30

João Pessoa, 31 de dezembro de 1949.

A DIRETORIA

AO COMERCIO E AO PUBLICO

Bernardo Cantinho de Oliveira, sócio da firma ATHAYDE & CANTINHO, estabelecida à rua Maciel Pinheiro n. 314, nesta Praça, com Escritório de Representações e Conta Própria, vem comunicar que, em virtude do falecimento do sócio Arthur Athayde Cavalcanti, ocorrido em 19 de setembro p.p., ficou a sociedade dissolvida de pleno direito, havendo encerrado suas atividades comerciais, em data de 31 de dezembro de 1949, e que, em sucessão à firma extinta, a partir de 1.º de Janeiro de 1950, irá continuar com o mesmo ramo e no mesmo local, porém em seu nome individual, e sob a razão social de B. CANTINHO, cujo registro já se acha procedido na M. M. Junta Commercial des Estado, sob o n. 6464, por despacho de 29 de Dezembro p.p., assumindo a nova entidade comercial, o ATIVO e PASSIVO da extinta firma ATHAYDE & CANTINHO.

Quem se julgar prejudicado queira se dirigir ao escritório da firma B. CANTINHO, na rua Maciel Pinheiro, 314, nesta Capital, dentro do prazo de oito (8) dias, a contar desta data.

João Pessoa, 1.º de Janeiro de 1950.

CURSO DE PESQUISAS POMOLÓGICAS

Organizado para técnicos do mundo inteiro, pelo Conselho Britânico e a "East Mallng Research Station".

No período de 21 a 31 de março de 1950, terá lugar na Inglaterra, um curso de Pesquisas Pomológicas organizado pelo Conselho Britânico em cooperação com a "East Mallng Research Station", de Kent para técnicos do mundo inteiro. Esse curso se destina aos especialistas e com alguma experiência no assunto, e com conhecimentos suficientes de língua inglesa para poder seguir as aulas e conferências.

O curso é de 10 dias, com aulas de 10 horas diárias, e o curso será ministrado por especialistas em pomologia. Os gastos de viagem até Londres, correção por conta do estudante. Predios de Instrução e informações obter o curso poderão ser obtidos no Conselho Britânico, na Av. Churchill, 129 10º andar Caixa Postal 2237 Rio de Janeiro, D. Federal até o dia 21 de Janeiro próximo.

ESPORTES

CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL

Paraibanos X Rio grandenses do Norte

NO DIA 8 DE JANEIRO EM NATAL — PRESIDIRÁ A EMBAIXADA PARAIBANA O DR. IVALDO FALCONI, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE — 14 ATLETAS ACOMPANHARÃO A DELEGAÇÃO DO "SCRATCH" — O TREINO EM CONJUNTO DE QUINTA-FEIRA ÚLTIMA — KLEBER NA ZAGA



No treino em conjunto de quinta-feira última, do novo selecionado no Estado Getúlio Vargas, em Campina Grande, os jogadores competentes demonstraram que estão em boa forma, tanto físico como tecnicamente, bem como a última aquisição feita pelo técnico Barbosa — o zagueiro KLEBER — que treinou maravilhosamente.

Possuímos bons valores muito entusiasmo e fibra de um jogador. Por isso estamos certos na vitória de nosso selecionado diante do antigo rival, o Rio Grande do Norte, no dia 8 de janeiro em seus próprios domínios.

A delegação da seleção paraibana que irá a Natal será, assim constituída: Presidente — Dr. Ivaldo Falconi, Secretário de Educação e Saúde; Vice-presidente — Industrial João Minervino de Araújo; Secretário — Sr. Walfredo Marques, secretário geral da F. P. F.; Técnico — Ten. Antonio de Souza Souto, da F. P. F.; Médico — Marinsio Morone, presidente do C. R. D. — COMPOSANTES — Cap. Clodoaldo Passos Fialho, presidente da F. P. F.; Sr. Vicente Sales, presidente da L. D. C.; Sr. Hilbrides Carvalho, tesoureiro da L. D.; comerciante José Marques de Almeida, presidente do Freze Futebol Clube. CORPO DE ATLETAS: — Técnico Alvaro Barbosa; massagista Severino e 14 jogadores.

A Radio BORBOREMA retransmitirá o jogo Paraíba X Rio Grande do Norte

A Radio "Borborema", da cidade de Campina Grande, segundo fomos informados, retransmitirá o jogo PARAIBA X R. GRANDE DO NORTE, que se realizará no dia 8 de janeiro, em Natal, em disputa do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Com essa notícia, ficarão os desportistas paraibanos, amantes do esporte rei na esportividade, aplaudindo para os dirigentes

daquela radio, no sentido de que, a retransmissão do referido jogo seja feita naquele dia, quente dia.

(CABELOS BRANCOS) — (LOÇÃO INOVAÇÃO) — Uma fórmula alemã, que faz voltar a cor natural, dos seus cabelos. LOÇÃO INOVAÇÃO à venda nas boas Farmácias, e Perfumarias.

ALBERTO NO BOTAFOGO

Acaba de assinar contrato negro de contar em 1950, com o concurso do arrojado goleiro, que sempre demonstrou em novas canções, com seus fulminantes lances, capacidade de Assim, vem o conjunto alvi-

otimo arqueiro.

CLUBE ASTREIA

O 2.º GRITO DE CARNAVAL, ONTEM

O "Clube Astreia", realizou, ontem, o seu 2.º Grito de Carnaval para 1950, no seu elegante Balcão em Tampa, que se reviu de grande br-

thantismo, com o concurso da Orquestra da Polícia Militar, que executou as últimas novidades em músicas, carnavalescas pernambucanas e cariocas.

ESPORTE CLUBE CABO BRANCO

O Baile de Reveillon, ontem

O ESPORTE CLUBE CABO BRANCO, realizou, ontem, o seu tradicional baile de Reveillon, em sua elegante sede de campo, dando, assim, o seu 1.º baile.

CLUBE BOEMIOS BRASILEIROS

A festa dançante de ontem

Em comemoração ao seu 18.º aniversário de fundação e posse de sua nova diretoria que ficou assim constituída: — Presidente — Otacilio Alves dos Santos (releito); vice-presidente — José de Vasconcelos; 1.º secretário — Ademar Tavares Wanderley; 2.º secretário — Djalma Gomes da Silva; tesoureiro — João de Sousa Coutinho (releito); vice-tesoureiro — Jorge de Brito Ramalho (releito); diretor social — Severino Vieira de Melo, o "Clube Boemios Brasileiros", realizou, ontem, em sua sede social, uma animada "noite" dançante com o concurso da orquestra da Polícia Militar do Estado, sob a regência do maestro Adauto Camillo, que executou as últimas criações para o Carnaval de 1950.

Campeonato de Futebol do Interior

A Federação Paraibana de Futebol, pelo seu Departamento do Interior, vem por intermédio desta folha, tornar público que, o jogo "União" x "America", respectivamente, dos municípios de Itabalana e Itagá, que deveria se realizar hoje, na cidade de Itabalana, ficará marcado para data que oportunamente publicaremos.

PLAZA — Hoje matinée às 15 e 30 hs — Soirée às 18 e 30 e 20 e 30 horas

O relato de tres amores de uma formosa mulher, casou com Todd obrigada por seu pai. Amou Burr, o traidor, cuja louca ambição a assustava. Os Deuses sem um insaciável de riquezas, poder e aventura.

A NOBREZA DE MADSON CONQUISTOU-LHE O CORAÇÃO NO LIMIARR DA GLORIA

Episódio heroico-romantico da história americana

Ginger Rogers — David Niven — Burgess Meredith

PLAZA — HOJE MATINAL A'S 9 horas
Edmund Lowe em
O ESTRANHO MAGO

AGUARDEM NO PLAZA
Mais um film Nacional
O MALANDRO E A GRANFINA

A PARTIR DE SEXTA-FEIRA NO PLAZA — UM SOPRO DE FANTASIA NUM ROMANCE HUMANO E SENTIDO...

O TOQUE MAGICO

Que a 20 Th. Century Fox apresentará, estão reunidos TYRONE POWER e ANNE BAXTER, formando uma das duplas mais simpáticas do cinema, para oferecerem ao público um espetáculo cheio de alegria, vivacidade.

Amanhã na matinal do PLAZA — O ESTRANHO MAGO

BRASIL — Hoje Soirée às 18 e 30 e 20 e 20
RICHARD WILOMARK
CAPITÃES DO MAR

ASTÓRIA — Hoje — Soirée às 19½ hs.
RICHARD WILOMARK
CÉU AMARELO

Um espetacular film 20 Th Century Fox

Um film da 20 Th. Century Fox

BRASIL — Hoje Matinée às 15 e 30 hs. — CAPITÃES DO MAR



Conserta:
E. S. FERREIRA
Máquinas de Escrever,
Numerar, Calcular,
Mimiografos, etc



Acompanha sua máquina um cartão GARANTINDO ser perfeito funcionamento por 6 meses

PECAS E ACCESORIOS

DE 12 A'S 17 HORAS

FEDERAÇÃO ESPÍRITA PARAIBANA

A Federação Espírita Paraibana, sediada à rua 13 de Maio n.º 465 realizará hoje, em sua sede às 20 horas uma sessão solene na qual terá lugar uma palestra subordinada ao título: "Fraternidade".

ARMAZEN «36» — Mantelga Mineira, quilo Cr\$ 32,00 Av. Miguel Couto 36 — Fone 1213.

Procuradoria do M.E.P.

AVISO

Os contribuintes, do Município, do Estado da Paraíba, que não promitentes, compradores de prédios para residência ou tiverem financiamentos para construções e ainda não ajustaram a sua situação aos termos do decreto n.º 184, de 21 de Setembro de 1949, no tocante ao seguro predial, de vem comparecer nesta PROCURADORIA, munidos da escritura de promessa de venda afim de serem encaminhadas as providências necessárias ao cumprimento desse dispositivo legal.

Execução política ruralista

RIO 31 — Falando à reportagem sobre os problemas da administração fluminense, o governador Macedo Soares afirmou, em Petrópolis, friou a necessidade de execução da política ruralista, reabertura de Quindimbu e a criação de um Banco Oficial, seufi.

Procure livrar-se das gotículas expelidas pelo gripado, ao tosse, espirrar e espirrar. — NIVES.

INSTALAÇÃO DA REFINARIA DE PETROLEO

Vinte municípios protegidos contra a malária na Paraíba

Como em outras regiões do país, a luta anti-malária na Paraíba se vem desenvolvendo com interesse e resultados auspiciosos. Ajuda da recentemente, foram divulgados dados relativos aos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Malária, a partir de 1947, quando o então diretor do sanitarista Mário Pinotti começaram a ser aplicadas as novas técnicas profiláticas de detecção domiciliar e de assistência medicamentosa.

No primeiro ano de campanhas de detecção, em 1947 foram detectados apenas 1.641 predios, nas regiões mais vivamente infestadas desde de cuidados inquéritos epidemiológicos. Em 1948 o número de predios detectados elevou-se consideravelmente passando para 1.456. Este ano, o trabalho notável, suas atividades, Serviço de Malária ampliou de 1947 para 1948, com uma área interna calculada em 28 milhões de metros quadrados. Toda a região malarígena do Estado, compreendendo 20 municípios, foi assim trabalhada pelas equipes do Serviço Nacional de Malária, que consumiram na imunização de tão elevada número de domicílios quase dois milhões de litros de emulsão e 500.000 doses de DDT. Calcula-se que cerca de 320.000 pessoas foram efetivamente protegidas contra a transmissão da malária, devendo acrescentar-se que a maior parte dessa população vive na Zona do Brejo, considerada a região mais rica e produtora do Estado, abastecedora de vasta área nordestina por suas extensas culturas de cereais.

Até mesmo tempo que imuniza domicílios, o Serviço Nacional de Malária instalava uma rede de pontos distribuidores de anti-maláricos, em número de 387, que distribuíram 201.257 comprimidos, medicando 26.683 doentes.

Em consequência dessas campanhas, verificou-se diminuição sensível do índice de incidência do sapu-dismo e, consequentemente, aumento das atividades nas zonas outrora infestadas endemicamente.

Taxa sobre premio liquido de apólices

RIO, 31 — O sr. Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, assinou a seguinte portaria:

Art. 1.º — Fica instituída a taxa de 5% sobre o premio liquido de apólices, recibos de renovação, ativos, faturas de ajustamento e contas mensais das companhias de seguros que operam nos ramos elementares e acidentes do trabalho e será cobrada dos segurados conjuntamente com o premio e impostos a partir de 1.º de janeiro de 1950.

Art. 2.º — Fica proibida, a partir da mesma data, a cobrança aos segurados de qualquer emolumento a titulo de custo de apólices.

Art. 3.º — A nova taxa que terá a designação do "Expediente", destinar-se-á exclusivamente a constituir um fundo para abono aos funcionários das Sociedades de Seguro operando nos ramos elementares. (Conclui na 4.ª página)

Continua preso o suspeito envenenador

Nega sistematicamente a sua ação — A sra. João Carlos da Silva Ramos não era feliz no Brasil — O emprego do "curare" nesse caso sentimental

PARIS, 31 — João Carlos da Silva Ramos continua preso, mas nega, sistematicamente, que tenha envenenado a sua esposa.

Provavelmente o acusado será enviado para Bolonha, nas proximidades de Biarritz, para ser submetido a novos interrogatórios.

O casal contraiu núpcias em Paris, em julho de 1947.

NAO ERA FELIZ NO BRASIL

RIO, 31 — Notícias de Paris dizem que o sr. Henri Champou, tio da sra. Mo-

nique, esposa de João Carlos da Silva Ramos, moria em circunstâncias misteriosas, referindo-se à morte de sua sobrinha, declarou que "Monique não era feliz no Brasil, mostrando-se por isso, muito contente de regressar à França. Sua morte prematura surpreendeu a família".

Disse ainda o sr. Henri que desde a morte de Monique, seu marido nunca os visitou.

(Conclui na 4.ª página)

CENTENARIO DE NASCIMENTO DO CARDEAL ARCOVERDE

RIO, 31 — bispo auxiliar, monsenhor Costa Rego, distribuiu à imprensa uma circular a propósito do primeiro centenario do nascimento do cardinal Arcoverde.

"No dia 17 de Janeiro vindouro, do Ano Santo, de 1950, perfaz um século do nascimento do cardinal João Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, segundo bispo do Rio de Janeiro, arcebispo do Brasil e da América Latina. Certos estamos de que

com este simples anúncio desse fato histórico, será o balaio para alvarçar de santa alacridade alma de todos os bispos, do clero e do povo católico brasileiro que não há quem não reconheça a figura principal de nosso episcopado — o d. João Arcoverde — cuja intensa de inúmeros benefícios, a favor da Igreja e da própria Pátria."

Das alegrias e sobretudo, da gratidão da boa gente carioca nem é preciso que se fale. Nin-

gum lhe negará a nobreza e a generosidade de sentimento em tais circunstâncias, e por a do annuário centenario tanto mais quanto é de não poucos filhos "espirituais" do cardinal Arcoverde que se constituíram ainda hoje, a grande e nobre família católica do Rio de Janeiro.

A jubileia data, aliás, já a do conhecimento da boa parte do clero e de vários elementos desta metropole e senilmas, por manifestado interesse, que ainda quando mais avulsos, não haveria de passar aqui, presenciar o grande centenario.

Cumprimos, todavia, a agradável dever de, em nome do cardinal Arcoverde e do nosso próprio nome, comunicar oficialmente, a Arquidiocese, o "magnifico" evento, na certeza de que todos de querer participar com afetuoso empenho aos atos comemorativos dos 100 anos, decorridos desde que nasceu o grande cardinal brasileiro.

MAIS DE SEIS MILHÕES DE COQUEIROS NO BRASIL

236.327.000 COCOS A PRODUÇÃO

Alcançando a qualificação de seus levantamentos, o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura já tem concluídas as estimativas, por Estados, dos solos de 1949, de quasi todas as produções sobre os quais incidem suas investigações trimestrais na totalidade dos municípios brasileiros.

Cada uma dessas estimativas contém acenhuado interesse pois, na malícia, se relembram a generosidade (Conclui na 6.ª pag.)

A UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL DA ENERGIA ATOMICA

Por René SUDRE

O Sr. Jean Thibaud é um dos mais notáveis cientistas franceses. Sócio do laboratório do Duque Maurice de Broglie, distinguido desde logo por uma série de pesquisas que foram apresentadas à Academia das Ciências e que constituem progressos teóricos importantes. Foi assim que, em 1933, um método magnético capaz de criar feixes de elétrons positivos podendo se encontrar em um ponto determinado, e forneceu o primeiro passo experimental da conversão da electricidade em irradiação expressiva da matéria em luz. Após ter dirigido durante a guerra a Escola de Física e Química de Paris, o jovem sábio foi nomeado professor da Universidade de Lyon, onde ainda ensina. Ali fundou um instituto de métodos da física atômica onde, apesar dos escassos créditos de que dispõe para a aquisição de material pesado, esforça-se para chamar a atenção dos

utilizantes para os experimentos nucleares. A esse respeito, podemos dizer que é um verdadeiro apostolo.

O professor Jean Thibaud já publicou duas obras que tiveram muitos sucessos: "Vie et Transmutation des atomes", Albin Michel, editor, e "Energie Atomique et Univers", M. Audin, editor, Lyon. Nelas expunha o estado da nova ciência depois da guerra, uma ciência que terá, sem dúvida, da maior repercussão pelas considerações políticas que aduziu e as sugestões que faz sobre o controle da energia atômica. Esta obra, cujo titulo é "Presence de l'atome", edição de Albin Michel, é digna de ser apontada a atenção internacional pelos mesmos motivos que a do P. M. S. S. Blauvelt: "Les Consequences militaires."

Num primeiro capítulo, ele expõe o principio de um "reação nuclear", cujo tipo é pilha de urânio. A questão é capital para o

engenheiro... Que procurar construir um motor industrial. A teoria do núcleo prevê que os corpos susceptíveis de fornecer energia são ou muito pesados ou muito leves. Um corpo intermediário como a prata é indestrutível.

Cingindo-se, por enquanto, aos corpos pesados, urânio e tório, é necessário regular a produção e a captura dos neutrons para obter uma "reação em cadeia" normal que forneça o máximo de calor utilizável sem risco explosivo. É preciso também saber explorar o subproduto formado quando da fusão do urânio 235, a saber o plutônio, que é, por sua vez, um precioso gerador de energia atômica. Se a pilha de Fermi parece ter resolvido o primeiro problema, o segundo ainda não está inteiramente e o sr. Jean Thibaud expõe claramente os seus dados. O plutônio formado sendo susceptível de aquecer o urânio 238, matéria inerte na

Assinadas as primeiras escrituras para a compra dos terrenos — Desfilaram pelas ruas do Rio caminhões fabricados no Brasil — Inauguração da Usina Elétrica de Andrina

RIO, 31 — (M.) — Foram assinadas as primeiras escrituras para a compra dos terrenos destinados à instalação da refinaria de 45 mil barris de petróleo.

As negociações vem sendo feitas diretamente com os proprietários dos terrenos, no município do Cubatão, na região de Santos, São Paulo.

Adianta-se que o presidente da República acompanhará, pessoalmente, o desenvolvimento do plano de industrialização do petróleo.

DESFILE DOS CAMINHÕES NACIONAIS

RIO, 31 — Desfilaram esta manhã, perante milhares de pessoas, os caminhões da Fábrica Nacional de Motores.

A passeada se apossou com inúmeras vitórias diferentes, tipos construídos com equipamento nacional, impressionando excelentemente.

A seguir, uma dessas vitórias rumaram para os Estados do nordeste, aos quais se destinam e onde serão empregados nos serviços de Obras Contra as Secas.

CONVIDARÃO O PRES. DUTRA

S. PAULO, 31 — O diretor da usina elétrica de Itapará e o sr. Antonio Moura de Andrade, fundador da cidade de Andrina, vão convidar o general Dutra para visitar a referida cidade, por ocasião da inauguração da usina elétrica, cujas obras estão em fase já bem adiantadas.

NOS BASTIDORES DO MUNDO

URÂNIO RUSSO

Por Al NETO

As Potências Ocidentais já sabem onde está o urânio da Rússia.

O urânio é um dos elemen-

tos necessários para a fabricação da bomba atômica.

Os russos têm tratado de manter segredo em torno do urânio de que dispõem.

Mas um relatório datado de 1935 revela onde estão situados os depósitos de urânio da União Soviética.

Este relatório foi feito antes de que se soubesse que o urânio pode ser usado na fabricação do maior explosivo que se conhece.

Acha-se tal documento arquivado no Museu Britânico, em Londres.

Quem fez este achado sensacional foi o jornalista inglês Isaac Deutscher.

Deutscher é um especialista em assuntos soviéticos, publicado recentemente um livro sobre José Stalin e fala com fluência o idioma russo.

De acordo com o relatório arquivado no Museu Britânico os depósitos de urânio da Rússia estão na Ásia Central.

E' interessante notar que a

(Conclui na 6.ª pag.)

Desmentido do Ministro da Guerra

RIO, 31 — Falando à reportagem, o ministro da Guerra desmentiu a notícia divulgada de que as tropas mantinham-se prontas.

Confirmou o general Canrobert haver dirigido a todos os comandantes o aviso transmitido ontem.

TOTAL	Cr\$	3,032,491,70
-------	------	--------------

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

Prefeitura Municipal de Alagoa Nova

ESTADO DA PARAIBA

LEI N.º 7

O Prefeito Constitucional de Alagoa Nova.
Faço saber que a Câmara Municipal de Alagoa Nova, decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

CODIGO DAS POSTURAS MUNICIPAIS DE ALAGOA NOVA

PARTE GERAL

TITULO I

Da organização do Município

CAPITULO I

Disposições preliminares

Art. 1.º — O Município de Alagoa Nova, do Estado da Paraíba do Norte, que tem por sede a cidade do mesmo nome, reger-se-á por este Código e as Leis que adotarem nos limites de sua competência, obedecendo os preceitos da Constituição da República, do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios e as Leis Federais e Estaduais.

§ Único — Seu território é o que está compreendido nos limites reconhecidos pela legislação em vigor.

Art. 2.º — O Município tem por órgãos os poderes Executivos e Legislativos, independentes e harmonicos entre si.

TITULO II

Do poder legislativo

CAPITULO II

Disposições preliminares

Art. 3.º — O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos pelo povo em pleitos legais entre as pessoas maiores de vinte e um anos de idade e em gozo de seus direitos políticos.

TITULO III

Da Câmara Municipal e dos Vereadores

Art. 4.º — O numero de Vereadores componentes da Câmara Municipal escolhidos na forma do artigo anterior, será o de que trata o artigo 86 da Constituição do Estado, e outras Leis em vigor, de acordo com a população do Município.

Art. 5.º — O Legislativo Municipal será regido pelo que dispõem a Constituição do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios em vigor e nas Leis que possam ser modificadas.

§ Único — Os atos e resoluções do Município, terão como base esses dispositivos citados.

CAPITULO III

Do orçamento

Art. 6.º — A elaboração do orçamento Municipal, obedecerá ao que estabelece o Capítulo III, do artigo 83 da Lei Municipal n.º 321, de 8 de Janeiro de 1949, ou a diversas determinações de nosso preceitos legais.

CAPITULO IV

Do Poder Executivo

Art. 7.º — O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com mandato de quatro anos.

§ Único — Substitui o Prefeito, em caso de impedimento e lhe sucede, no da vaga, o Vice-Prefeito.

Art. 8.º — As atribuições e responsabilidades do Prefeito e Vice-Prefeito, são as determinadas na Constituição do Estado, em o Capítulo III, do Título III e no artigo 58, do Capítulo III da Lei Municipal n.º 321, de 8 de Janeiro de 1949, obedecendo as modificações que lhe foram aplicadas.

CAPITULO V

Do Secretário e demais funcionários da Prefeitura

Art. 9.º — As atribuições, direitos e vantagens do Funcionário da Prefeitura, são regulados por Lei especial, respeitados os princípios legais dispostos na Constituição da República e do Estado, na Lei Municipal e outras Leis já criadas.

TITULO IV

CAPITULO UNICO

Da declaração dos direitos e garantias

Art. 10 — O Município assegurará a efetividade dos direitos e garantias que a Constituição reconhece a nacionais e estrangeiros.

TITULO V

CAPITULO UNICO

Da ordem economica e social

Art. 11 — O Município contribuirá para tornar efetiva a ordem economica e social prevista na Constituição da República e do Estado.

Art. 12 — O Município manterá por si ou em co- operação com a União e o Estado, a regularidade dos serviços rodoviários, em plano que satisfaça as necessidades das regiões do Município.

Art. 13 — O Município terá sob a sua proteção, e estimulará as sociedades agro-pecuarias em seu território reconhecidas por Lei.

Art. 14 — O Município reservará em seu orçamento, verbas destinadas a assistência social, de acordo que a Lei regular.

Art. 15 — Os serviços de assistência, mantidas por particulares, terão amparo racional do Poder Municipal, cabendo-lhe o direito de fiscalizá-las.

TITULO VI

Da estetica e das conveniências urbanas

CAPITULO I

Art. 16 — Considera-se perímetro urbano, o terreno ocupado pelas ruas, praças, avenidas e travessas atuais da cidade e das vilas, e o terreno situado até a distancia de cem (100) metros além das ultimas casas sujeitas ao imposto territorial urbano (art. 149 da Constituição Estadual).

Art. 17 — É considerado perímetro suburbano o terreno compreendido numa área de dois (2) kilometros, além dos limites urbanos.

CAPITULO II

Das edificações e reedificações

Art. 18 — Nenhum trabalho de construção ou reconstrução de prédios, muros e fachadas, abertura ou fechamento da portas, janelas, balaustradas, calis, diques e cercas, tanto na cidade como nas vilas do Município, será permitido sem prévia licença da Prefeitura, sob pena de multa de Cr\$ 100,00, além de ser a obra embargada até a obtenção da licença.

§ Único — O infrator não a obtendo dentro do prazo de dez (10) dias, será desfeita a construção.

Art. 19 — Concedida a licença, terá o requerente os prazos máximos:

a) — de noventa dias para iniciar os serviços de construção;

b) — de trinta dias quando se tratar de reconstrução.

§ Único — Findo estes prazos, considerar-se-á inexistentes a licença.

Art. 20 — Com os serviços de construção, virão, também:

a) — os muros

b) — do aparelho

c) — da platibanda

d) — da calçada

e) — da limpeza

§ Único — O prédio que não tiver porta traseira, fica isenta da disposição das letras A e B.

Art. 21 — Os muros terão fronteiras e portas fingidas, quando defrontarem avenidas, ruas ou praças, obedecendo os fronteiras à mesma altura do respaldo do prédio.

§ Único — Quando o prédio tiver na soleira ao respaldo, mais de quatro (4) metros o frontão do muro, obedecerá a outras dimensões convenientes.

Art. 22 — As construções das casas terreas, tanto na cidade como nas vilas, obedecerão as seguintes normas:

a) — da soleira ao respaldo, terão, pelo menos quatro (4) metros;

b) — as portas, quer de casas residenciais, quer de armazéns, ou casa comercial, terão a altura mínima de dois e sessenta (2m. 60) por noventa (90) cent. de largura respectivamente, podendo se adotar a altura de três (3m.00) para as portas de armazem ou casa comercial;

c) — as janelas se elevarão, desde a distancia de um (1) metro da soleira, até o nível superior das portas, observando a mesma largura destas;

d) — as soleiras, terão no minimo dez centímetros (0.10) acima do meio fio;

e) — as construções que formarem angulos nas ruas ou praças, deverão ter duas frentes, uma para cada lado;

f) — as calçadas dos prédios, no alinhamento das ruas principais da cidade e das vilas, serão de cimentos e uniformizadas, obedecendo a largura determinada pela Prefeitura;

g) — na cidade e nas vilas, a largura da calçada será determinada pela fixação do meio fio.

§ Único — Nas ruas onde não chegar o meio fio, em travessas e nas ruas estreitas das vilas, a largura das calçadas será regulada conforme as conveniências locais.

Art. 23 — As construções obedecerão ao alinhamento traçado pela Prefeitura por intermédio de seus fiscais ou técnicos, até que sejam elaborados os planos da cidade e das vilas.

Art. 24. — É obrigatório o revestimento das fachadas, toldos e muros dos prédios da cidade e das vilas, salvo quando o estilo arquitetônico ou a natureza dos materiais empregados, exija o contrario.

Art. 25 — Fica proibida a construção de casas com bulevaras sobre as ruas.

Art. 26 — Não será permitido o uso de canos para escoação d'água, a não ser por baixo das calçadas, bem como o de balnetes ou degraus, no limiar das portas para o passeio.

Art. 27 — Nenhum prédio poderá ser ocupado antes de concluídos os trabalhos indispensáveis a sua condição de habitabilidade.

Art. 28 — Ultrapassados os trabalhos referidos no artigo anterior, o proprietário dará ciência à Prefeitura para o fim de mandar inspecionar o prédio e deliberar o que de direito.

Art. 29 — Nenhum serviço de construção ou reconstrução poderá ser interrompido na sua execução, por mais de trinta dias (30), sem prévio conhecimento da Prefeitura e por motivo justificado.

Art. 30 — Concluídos os trabalhos referidos no artigo 27, deve o proprietário informar a Prefeitura, que inspecionará o prédio.

§ 1.º — Verificando que foram cumpridas as exigências legais, que disciplinam a construção de prédios, o Prefeito autorizará o uso do novo prédio.

§ 2.º — Caso porém tenha havido violação de qualquer das exigências constantes do parágrafo anterior, intimar-se-á o proprietário o cumpra fielmente e em caso de recusa, determinar-se-á interdição da habitação do novo prédio, multando o infrator em Cr\$ 100,00.

Art. 31 — As construções modernas poderão afastar-se em parte ou totalmente das regras estabelecidas no artigo 22 deste Código, uma vez que tenha sido aprovada a planta pela Prefeitura.

Art. 32 — A Prefeitura, por conveniência de estético, ou do transito publico, determinará a construção de calçadas, muros e fachadas, fazendo o serviço quando não possa fazê-lo o proprietário, correndo neste caso as despesas por conta deste.

§ 1.º — Quando o proprietário de prédios, sem justo motivo, recusar a fazer melhoramentos a que alude o presente artigo, a Prefeitura os executará por conta dele, aplicando-lhe, ainda a multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00.

§ 2.º — Tratando-se de pessoas reconhecidamente pobres, a Prefeitura estabelecerá condições modicas para a devida identificação dos serviços executados, isentando-as de multa.

Art. 33 — Os prédios que forem condenados a desapropriação, por se achar em fóra do alinhamento, não poderão sofrer outros reparos, além dos necessários à sua conservação, a juízo da Prefeitura.

Art. 34 — As casas residenciais que se foram construindo no perímetro urbano terão os toldos livres ou pelo menos, um, não se permitindo no telhado designado, para essas construções, a edificação de casas de comércio ou industria de qualquer natureza.

Art. 35 — Achando-se o prédio em estado de ruína, ou cujo estabilidade ameace o transito publico e os prédios adjacentes, será o seu proprietário notificado para reedificá-lo ou demolir, em prazo determinado pela Prefeitura, sob pena de ser feita por esta a demolição sem prejuizo da identificação das despesas efetuadas.

Art. 36 — Aquele que afora terreno proximo a ruas, praças, avenidas e travessas, será notificado de obrigação de edificar dentro do prazo máximo de seis meses ou pelo menos fazer muro, fingido a frente, e construindo desde logo, a calçada e o meio fio.

§ 1.º — Faltando ao cumprimento do disposto neste artigo, será o infrator intimado a cumprir-lo no prazo de quarenta meses, pagando ainda a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00.

§ 2.º — Esgotado o prazo, e não se efetuando a construção, além de impor nova multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00, procederá a Prefeitura a desapropriação do terreno para nele, situar edificios municipais ou cedê-lo a quem se comprometer a construir no prazo estabelecido.

§ 3.º — Se o cessionário não cumprir esta cláusula, perderá o terreno que lhe foi cedido, sem identificação, além de lhe ser imposta a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00.

§ 4.º — A cessão a que se refere o § 2.º, terá como preço mínimo a quantia dispendida na desapropriação, e obedecerá aos limites de alienação de bens publicos patrimoniais.

Art. 37 — A largura e disposição das novas ruas, praças, avenidas, serão determinadas em planos urbanísticos mandados elaborar pela Prefeitura.

CAPITULO III

Das conveniências urbanas

Art. 38 — É expressamente proibido, sob pena de multa de Cr\$ 20,00 e Cr\$ 500,00, além da identificação dos danos resultantes:

a) — amarrar animais nas portas ou janelas das casas urbanas, nos postes, gradis ou em árvores da arborização urbana;

b) — fazer passar boiada ou cavalaria pelo centro da cidade, salvo quando não houver outro lugar que se ofereça à passagem, plenamente justificada, ficando, entretanto, proibido o estacionamento das mesmas;

c) — conservar lotes de algodão, cereais, volumes de qualquer mercadoria ou monte de lenha, em qual-

quer artéria urbana, por mais de quarenta e oito (48) horas;

d) — empinar papagaios nas ruas servidas por iluminação pública;

e) — acender fogueiras de modo a causar danos à arborização pública;

f) — causar danos à arborização dos jardins públicos ou qualquer próprio municipal;

g) — praticar jogos esportivos nas ruas, fora dos campos designados para tal fim;

h) — deixar vagando no perímetro urbano, qualquer animal bovino, muar, cavalari, asinino, suíno, caprino ou lanigero;

i) — conservar nas ruas qualquer material de construção, que venha a embarcar o trânsito público.

§ 1.º — Se a destruição ou danificação da árvore no caso da letra H tiver sido ocasionada por veículo ou animal apreendido, até que sejam pagas a multa e a indenização devidas;

§ 2.º — Se não se constatar dolo ou negligência, será cobrada somente a indenização;

§ 3.º — O animal encontrado vagando no perímetro urbano, será apreendido e posto em depósito, de onde somente sairá depois de ter o interessado pago a respectiva multa. Apreendido o animal, dar-se-á aviso ao dono, para que este tome as devidas providências. Após cinco (5) dias a contar do ato da intimação ou aviso, que será feita pelo Fiscal ou qualquer funcionário da Prefeitura, abrindo edital com o prazo de dez (10) dias, no caso de ser desconhecido o dono do animal, levar-se-á o animal apreendido em hasta pública de desquite do produto da arrematação, a importância da multa e custas ficando o excedente em depósito, até que seja reclamado por quem de direito.

§ 4.º — Da arrematação será lavrado pelo funcionário designado, um termo que deve ser assinado pelo arrematante e duas testemunhas, fornecendo-se aquele um talão da importância recebida pelo valor da arrematação.

Art. 39 — Na hipótese de não aparecer o dono do animal apreendido, na forma do § 3.º do artigo anterior e não se sabendo quem ele seja, a intimação será feita por edital, com o prazo de dez dias, (10), depois do que correrão as setenta e duas horas (72), para a arrematação.

Art. 40 — Não é permitido:

a) — a condução de cadáveres, mesmo de crianças em atitude aberta;

b) — a entrada no perímetro urbano, de redes com cadáveres.

§ 1.º — O encarrregado do cadáver fará deter a rede em qualquer ponto suburbano, mandando providenciar na aquisição do atende;

§ 2.º — Tratando-se de pessoas indigentes, deve o encarregado dirigir-se à Prefeitura, que fornecerá o atade para o devido transporte do cadáver;

§ 3.º — Ao infrator, que seja ou não parente do morto, será imposta a multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00.

Art. 41 — É proibido ainda, sob pena de multa de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 100,00:

a) — conservar nas ruas qualquer material de construção, que venha prejudicar e embarçar o trânsito público;

b) — cosinhar, ou estender couros, espalhar legumes e lavar ou lavar roupas nas ruas e praças da cidade;

c) — a entrada de crianças, com menos de dez (10) anos de idade nos cemitérios.

Art. 42 — Será a prévia licença e designação de local, pela Prefeitura a ninguém é permitido armar barracas, corelos, palanques, circo, carocéis, etc. sob pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00, além da retirada compulsória dos mesmos.

Art. 43 — Os prédios urbanos, assim como as vias públicas, terão placas metálicas que constem, os nomes ou nomes respectivos.

§ Único — As placas comemorativas serão afixadas em frente dos prédios; as designativas de nomes à esquina das ruas.

Art. 44 — A autoridade poderá ordenar outras medidas que julgue indispensáveis à conveniência urbana.

TÍTULO VII

Do comércio e indústria

CAPÍTULO I

Dos estabelecimentos comerciais e industriais em geral

Art. 45 — Os estabelecimentos comerciais e industriais funcionarão, nos dias úteis até às vinte (20) horas, considerando-se de descanso os sábados e feriados.

§ Único — O disposto neste artigo, não atingirá as farmácias, barbearias, hotéis, bares, cafés, estabelecimentos de diversões e padarias.

Art. 46 — As padarias, refinações, torrefações etc. ficam obrigadas ao uso de chaminés de altura superior ao telhado das casas circunvisinhas.

§ Único — A Prefeitura determinará a norma para confecção dessas chaminés.

CAPÍTULO II

Das feiras

Art. 47 — Realizar-se-ão no município as feiras tanto na cidade como nas vilas, uma vez por semana.

Art. 48 — Não é permitido venda por atacado de mercadorias, nos dias de feira antes das treze (13) horas, de gêneros alimentícios, sob pena de multa de Cr\$

20,00 a Cr\$ 100,00, dividido entre vendedor e comprador. § Único — Havendo porém abundância de gêneros nas feiras, será permitido a venda por ataque a qualquer hora, mediante licença da Prefeitura.

Art. 49 — Poderão ser criadas novas feiras e suspensas ou suprimidas as existentes, por deliberação da Câmara, ou do Executivo Municipal, em comum acordo com o que ditarem os interesses do Município e da coletividade.

§ Único — Por deliberação dos mesmos poderes, atendendo aos mesmos interesses, poderão também as feiras ser designadas para outros dias.

Art. 50 — Os impostos de feira serão cobrados de acordo com as disposições da Lei orçamentária.

Art. 51 — A ninguém é permitido, sem motivo justificativo, recusar-se a expor à venda os gêneros alimentícios levados à feira, sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00.

Art. 52 — Cumpre aos fiscais da cidade e aos procuradores e fiscais dos distritos, determinar os pontos para a colocação de cada mercadoria e cada gênero.

CAPÍTULO III

Das pesos e medidas

Art. 53 — Somente é permitido no Município, de acordo com a Lei, o uso de pesos e medidas, a do Sistema Métrico Decimal.

§ 1.º — As medidas de capacidade (cuia, meia cuia, litro e meio litro) obedecerão ao padrão instituído pelo Estado e serão no gênero, as únicas admitidas nos mercados e nas feiras.

§ 2.º — A Prefeitura as fornecerá, em todas as feiras do Município, mediante aluguel, de conformidade com os dispositivos orçamentários.

Art. 54 — É proibido sob pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00, o uso de:

a) — pesos e medidas que não estejam legalmente aferidos;

b) — balanças de braços de madeira, de qualquer espécie de pesos, diversas das ordinárias de metal, bronze ou ferro, assim como medidas de capacidade diferentes das referidas no § 1.º do artigo 53;

c) — os que adotarem qualquer artifício nas balanças, pesos e medidas, em operações de compra e venda.

Art. 55 — O Prefeito determinará, por edital, a época da aferição e revisão dos pesos e medidas.

Art. 56 — Nenhuma casa comercial poderá ser aberta, antes de mandar proceder a devida aferição da balança, pesos e medidas, sob pena de multa, prevista na letra A do artigo 54.

Art. 57 — Os Procuradores e fiscais serão responsáveis pelos pesos e medidas pertencentes à Prefeitura.

TÍTULO VIII

Da agricultura e criação

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 58 — Por sua natureza e situação, o Município de Alagôas Nova, é destinado à agricultura e à criação.

Art. 59 — A Prefeitura tomará dentro de sua competência e ao alcance de suas possibilidades, todas as medidas necessárias à proteção da agricultura e da criação.

CAPÍTULO II

Das zonas destinadas à agricultura e à criação

Art. 60 — O terreno que compreende os limites deste Município, é destinado exclusivamente à agricultura e à criação, respeitadas as restrições e regalias estabelecidas neste Código, para as diferentes zonas.

Art. 61 — Todos os proprietários de terra no Município, ficam obrigados a conservar as cercas existentes em número de tantas braças, quantas por direito lhes pertencerem.

§ Único — Os proprietários que a isto se recusarem, pagarão a multa de Cr\$ 60,00, além da indenização das despesas de reedificação ou concerto das mesmas cercas.

Art. 62 — Fica proibido no Município, a criação de gado solto, de qualquer espécie.

§ Único — O infrator pagará o multa de Cr\$ 20,00 por cada cabeça de cavalari, muar, vacum e asinino, e a Cr\$ 5,00, por cabeça das outras espécies, além da indenização do prejuízo causado, segundo avaliação do Fiscal ou da comissão nomeada para tal fim.

Art. 63 — Qualquer dos animais referidos no artigo anterior, encontrado solto dentro dos terrenos de agricultura, poderá ser apreendido, pelo prejudicado, ou outra pessoa de idoneidade, com testemunhas, e entregues à autoridade municipal competente para os fins convenientes.

Art. 64 — Nas zonas de serras, tradicionalmente conhecidas como tais, a criação de animais de qualquer espécie e aves domésticas, capazes de causar danos à lavoura, permitir-se-á somente:

a) — quando conservados retidos por cercas ou tapumes que lhes impossibilitem a saída;

b) — quando amarrados e neste caso, com o beneplácito do proprietário de terras, na hipótese do criador não possuí-las.

Art. 65 — As pessoas que não possuírem terras em determinadas zonas do Município, não poderão, fazer

"solts" de gado nestas, sem prévio consentimento dos legítimos donos e do Prefeito.

§ 1.º — Havendo consentimento, entretanto, poderão fazer-las mediante o imposto de per "Capita" anualmente.

§ 2.º — Os gados soltos sem a observância ao dispositivo supra, ficarão sujeitos à apreensão e os proprietários incorrerão no pagamento do imposto no duplo, além das despesas da apreensão a manutenção.

Art. 66 — O Prefeito poderá estender a proibição de criar gado solto a qualquer região do Município, a requerimento de interessados, desde que se torne indispensável à defesa da agricultura.

Art. 67 — Para a medida do artigo anterior, o Prefeito nomeará uma comissão que estudará o local em discussão, apresentando após minucioso relatório sobre a situação das roças e plantios: a criação e o perigo que ela representa; as condições econômicas do proprietário do gado solto e as medidas adequadas, à solução do caso.

Art. 68 — Para a decisão prevista neste artigo, procurará o Prefeito evitar medidas vexatórias, especialmente a criação de pobres, sendo paulatina e progressiva a extinção de criação solta de gado.

CAPÍTULO III

Da proteção à agricultura e criação

Art. 69 — Os agricultores são obrigados a proteger suas lavouras com cercas regularmente construídas, com a altura mínima de oito (8) palmos, sendo de madeira, e sete (7) palmos, sendo de arame ou pedra.

Art. 70 — As cercas e demais tapumes divisórios entre propriedades, consideram-se comuns, sendo obrigados a concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, os proprietários dos imóveis confinantes.

Art. 71 — Quando um proprietário se recusar a construir a parte que lhe compete, no tapume, o interessado poderá solicitar providências ao Prefeito, que determinará a viação com arbitramento no local do litígio.

§ 1.º — Verificando a procedência da reclamação, o Prefeito exigirá de faloso, o cumprimento da Lei, dentro do prazo de vinte (20) dias.

§ 2.º — Em face de nova recusa, ordenará a autoridade que se faça a tarefa atribuída ao contraventor, lançando-se a este como débito à Prefeitura o valor das despesas efetuadas, e mais Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00 de multa pela infração.

§ 3.º — Esta multa será imposta e cobrada na forma da lei.

Art. 72 — O proprietário que cumprir a obrigação constante do artigo 70, fica isento da multa de qualquer penalidade, na hipótese de soltar animais em sua propriedade, e estes causarem danos até se concluírem os trabalhos de construção ou reconstrução da cerca.

Art. 73 — Cabe exclusivamente ao proprietário a obrigação de cercar a propriedade para deter nos limites esclarecidos, aves domésticas e animais que exijam tapumes especiais.

Art. 74 — Quem apreender ou recolher animais alheios, obriga-se a expedir aviso ao dono ou a autoridade competente, no prazo máximo de seis (6) dias, sob pena de multa de Cr\$ 20,00.

Art. 75 — Dando-se a hipótese de apreensão de animal, cujos ferros e sinais sejam completamente desconhecidos, a Prefeitura mandará afixar editais, contendo todos os característicos necessários, pelo prazo de vinte (20) dias, findo o qual, não se apresentando o dono, será dito animal posto em hasta pública, para os fins convenientes.

§ Único — Se porém, no decorrer de um ano, se apresentar o dono do animal arrematado em hasta pública, ser-lhe-á restituído o saldo líquido, dos proventos da arrematação.

Art. 76 — Ninguém poderá matar ou maltratar, ainda que em represália a destruição causada, animais que encontrar dentro das roçadas, sob pena de multa de Cr\$ 10,00 por cabeça de qualquer espécie, além de indenização de prejuízo, que será avaliado pela autoridade competente.

Art. 77 — Os proprietários são obrigados a trazer presos e separados dos demais, os animais atacados de doença contagiosa e enterra-los ou queimá-los quando forem vítimas por tais doenças.

Art. 78 — O cão que matar ou maltratar criação alheia, deverá ser preso ou morto pelo dono.

§ Único — No caso de o dono tornar-se indiferente ao apelo que nesse sentido se lhe faça, ao prejudicado assistirá o direito de matar o cão destruidor ou pedir providências à Prefeitura.

Art. 79 — É proibido, sob pena de multa de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 50,00, e indenização dos danos causados:

a) — queimar roçados sem prévio aviso aos donos de propriedades vizinhas;

b) — danificar cercas de roçados, cercados e currais, açudes e cacimbas, pertencentes a outrem;

c) — penetrar sem licença do proprietário, em sítio, roçado, cercado ou vasante, salvo motivo plenamente justificado;

d) — deixar aberta ao passar, qualquer porteira ou cancela;

e) — incendiar partagem ou abater árvore cujos ramos sejam nocivos ao gado;

f) — manter ou criar animais de qualquer espécie, em campo alheios, sem prévio consentimento dos proprietários, sob pena de multa ao arbitrio do Prefeito.

§ Único — O ateamento de fogo aos roçados, terá acesso de cinco (5) metros, no mínimo de largura.

Art. 80 — A Prefeitura poderá determinar outras medidas, não previstas neste Código, para defesa da criação.

TÍTULO IX

Da saúde pública

CAPÍTULO I

Art. 81 — A Prefeitura tomará todas as medidas necessárias à defesa da saúde pública, em estreita cooperação com o Posto de Higiene local.

CAPÍTULO II

Da Higiene Pública

Art. 82 — As pessoas, em cujas casas houver enfermidade de moléstias epidêmicas ou contagiosas, são obrigadas a comunicá-lo, imediatamente à Prefeitura ou ao Posto de Higiene local, para serem tomadas as medidas profiláticas que o caso exigir.

Art. 83 — A casa que estiver na situação a que se refere o artigo anterior, deverá ser rigorosamente desinfetada, por quem de direito, podendo ser interdita, conforme seu estado sanitário, e somente se lhe permitirá a ocupação, depois da devida inspeção e licença da autoridade competente.

Art. 84 — As pessoas que se encarregarem do tratamento de tais doenças, somente poderão transitar nas ruas, depois de convenientemente desinfetadas.

Art. 85 — Desocupando-se um prédio no perímetro urbano, só poderá ser novamente habitada depois de feita a respectiva inspeção, pelo Posto Médico da cidade.

Art. 86 — Só se permite estabelecimento hospitalar ou congêneres, em local permitido pela Prefeitura.

Art. 87 — É terminantemente proibido:

a) — conservar nos domicílios, mesmo em tratamento, gatos, cães, ou animais outros atacados de moléstias pestíferas.

b) — a venda de quaisquer iguarias ou gêneros alimentícios, por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infeto-contagiosas;

c) — queimar lixo, substância ou detritos, nas ruas ou vias públicas, que pelo seu cheiro ou fumaça, venha incomodar ou prejudicar a população.

d) — vender nas ruas, bolos, doces ou quaisquer iguarias que não estejam devidamente resguardadas do pó;

e) — não conservar os aparelhos ou fossas das casas urbanas cuidadosamente limpas e higienizadas;

f) — tiver, no perímetro urbano, chiqueiros ou currais para qualquer espécie de gado, salvo nos locais previamente designados pela Prefeitura;

g) — criar suínos soltos nos lugares onde houver cacimbas, fontes ou açudes; ou que danifique lavouras.

CAPÍTULO III

Da limpeza das ruas e casas urbanas

Art. 88 — É proibido sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00:

a) — deixar lixo ou ruínas de obras demolidas nas frestas das casas, no leito das ruas, ou nas calçadas;

b) — jogar animais mortos no perímetro urbano da cidade e das vilas;

c) — depositar, cascas de frutas, águas servidas ou qualquer imundície nas ruas, praças, becos, etc. ou amontoadas dentro dos muros ou quintais;

d) — ter suínos dentro dos muros e chiqueiros no perímetro urbano, a não ser em pocilgos modernos e higienizados;

e) — riscar paredes, janelas, portas ou muros das casas;

f) — danificar ou sujar as placas de numeração das casas ou as designativas das ruas.

Art. 89 — O serviço de limpeza pública e remoção do lixo das ruas e domicílios, na cidade e nas vilas, será feito em dias determinados e por pessoal contratado pela Prefeitura, e em dias determinados para cada zona.

§ Único — Cada domicílio deverá conservar o lixo em depósito de madeira ou flandê, com tampa, o qual será colocado no portão da casa ou na calçada, nos dias determinados à coleta.

Art. 90 — As ruínas, resultante de demolição de qualquer obra, serão depositadas em lugares designados pela Prefeitura.

Art. 91 — A Prefeitura procederá ao calçamento progressivo das ruas em geral, no perímetro urbano, em cooperação com os proprietários das mesmas, na forma que a Lei regular.

CAPÍTULO IV

Do abatimento de gado para o consumo público

Art. 92 — O abatimento de gado para o consumo público, na cidade, só será permitido no matadouro público, e nas vilas, em lugares convenientemente designados pela Prefeitura.

§ Único — Esses lugares não poderão ter a distância inferior a 150 metros da última casa das vilas.

Art. 93 — Havendo suspeita de que a rez a ser abatida, esteja atacada de qualquer moléstia, o fiscal impedirá o abatimento e comunicará o fato à Prefeitura para as devidas providências.

Art. 94 — Não será permitido abater-se, para o consumo público, gados estropeados ou apertados.

Art. 95 — O transporte de gado abatido do matadouro ao açogue, será feito por meio de carroças apropriadas, fornecidas pela Prefeitura, de conformidade com a taxa disposta na Lei orçamentaria.

Art. 96 — Verificando-se a existência de carne impréstatível ao consumo público, exposta à venda, a Prefeitura determinará a sua apreensão, impondo ao vendedor ou marchante a multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00.

Art. 97 — A multa imposta nas demais infrações, será de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00.

CAPÍTULO V

Dos cemitérios

Art. 98 — A Prefeitura velará pela boa ordem e higiene dos cemitérios.

Art. 99 — As licenças para construção de carneiros, maulus ou que não versarem sobre arrendamento por péto, terão vigência por dez anos.

§ 1.º — Findo este prazo, poderão ser as licenças renovadas por igual tempo, mediante novo requerimento, regularizado e pago o respectivo imposto.

§ 2.º — Todas as despesas para a legalização dos arrendamentos, correrão por conta do interessado, e serão pagas de acordo com a Lei orçamentaria.

Art. 100 — A inumação de cadáver será permitida nos cemitérios públicos, mediante a respectiva guia.

§ 1.º — A Prefeitura poderá como medida preventiva, designar um lugar em separado, para o sepultamento de cadáveres de pessoas vítimas de moléstias infeto-contagiosas.

§ 2.º — São dispensadas da taxa de sepultura rasas, os indigentes mediante atestado de miserabilidade, fornecido pelo delegado ou subdelegado de polícia ou a juízo do Prefeito.

Art. 101 — Não será permitido, no ato da exumação de cadáveres, a presença de pessoas estranhas ao mesmo.

Art. 102 — Ao zelador do cemitério compete o serviço de abertura e fechamento das covas, e a conservação e zelo da necrópole.

Art. 103 — As taxas que incidem sobre inumação e exumação de cadáveres são as estabelecidas na Lei orçamentaria.

CAPÍTULO VI

Das indústrias insalubres

Art. 104 — As casas de comércio de gêneros alimentícios, são obrigadas a rigoroso asseio, tanto no edifício, como nos utensílios de que se servirem.

Art. 105 — É expressamente proibido, dentro da cidade e das vilas, instalação de cortumes, salgadeiras de couro, armazém de peles e outros artigos que exalem mau cheiro ou por qualquer uma, possa prejudicar a saúde pública.

§ 1.º — É igualmente proibido expor os artigos acima referidos no meio da rua, ou nas calçadas.

§ 2.º — O infrator incorre na pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00, conforme a gravidade do caso, além de outras medidas e interdição do estabelecimento, ou apreensão dos artigos expostos.

Art. 106 — Não será permitido de modo algum, a criação de solta de porcos, nos lugares onde houver cacimba de gado, fontes ou açudes, cabendo aos fiscais exterminá-los em correção.

Art. 107 — É terminantemente proibido sob pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00:

a) — expor a venda gêneros alimentícios, que prejudiquem a saúde pública;

b) — fabricar no perímetro urbano, cousas com mau cheiro, que venha incomodar a população;

c) — lançar nos açudes ou fontes, entulhos, ervas daninhas, animais mortos e qualquer substância que possa contaminar as águas;

d) — fazer cremação de lixo, ou quaisquer outras matérias de detritos, que venha a incomodar a população ou prejudicar-lhe a saúde.

§ Único — Verificando-se a existência de gêneros nas condições previstas na letra A, a Prefeitura ordenará a sua apreensão e cremação.

TÍTULO X

Das fábricas e oficinas

Art. 108 — Não serão permitidos, no perímetro urbano, nem nos pontos populosos da cidade e das vilas, estabelecimentos ou fábricas de óleos, depósito de inflamáveis ou corrosivos, ou de qualquer produto que cause perigo à população.

§ Único — A Prefeitura designará o local para exploração e depósito das indústrias a que se refere este artigo.

Art. 109 — O proprietário, da fábrica ou depósito, nos pontos referidos no artigo anterior, fica obrigado a retirar-se, para o local determinado pela autoridade, no prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação deste Código, sob pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00.

§ Único — Se o infrator recusar de cumprir a Lei, será cassado a licença de negociar e interdito seu estabelecimento.

Art. 110 — É expressamente proibido o trabalho em fábricas e oficinas que perturbe o sossego público.

TÍTULO XI

Da segurança e tranquilidade pública

Art. 111 — É proibido sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 100,00:

a) — conservar artigos inflamáveis, corrosivos ou de qualquer modo nocivos ao longo do passeio da cidade e das vilas;

b) — criar cães soltos nas ruas da cidade, ainda que estejam matriculados;

c) — correr em bicicletas, ou cavalgar qualquer animal pelas calçadas;

d) — correr em cavalo, automóvel, caminhão, bicicleta, motocicleta ou qualquer veículo em disparada pelas ruas da cidade e das vilas;

e) — soltar bombas, buscapês, e artigos semelhantes, queimar fogos de ar na cidade e nas vilas, fora dos lugares determinados pela Prefeitura, para os dias de festejos;

f) — perambularem os loucos pelas ruas da cidade e das vilas;

g) — disparar espingardas, ou outra qualquer arma, próximo as ruas e lugares habitados;

h) — brigas, tumultos e brinquedos que ameacem perigo à população;

i) — queimar fogos de ar, depois das 22 horas, salvo se a Prefeitura consentir a licença, determinando o local para tal fim.

§ Único — A Prefeitura poderá, no caso da letra D, afixar nas esquinas, becos, ruas etc., uma placa com os seguintes dizeres: "MARÇA VAGAROSA".

TÍTULO XII

Da ofensa à moral e aos bons costumes

Art. 112 — Os espetáculos, cinemas e outras diversões congêneres, não poderão funcionar sem prévia licença da Prefeitura, que os fiscalizará, não permitindo a exibição de atos ofensivos à moral e aos bons costumes.

§ Único — Ao infrator será cobrada a multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00, e na reincidência o dobro, além do fechamento, da casa diversional.

Art. 113 — É vedado sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00:

a) — vender ou distribuir manuscritos ou impressos ofensivos à moral e aos bons costumes;

b) — proferir de público, obscenidades, atos imorais, portar-se de público de modo ostensivo e desrespeitoso.

Art. 114 — As mulheres de vida livre, não poderão habitar nas ruas destinadas a domicílios familiares, ou nas imediações de estabelecimentos educacionais e de culto religioso.

§ Único — Cabe a Prefeitura, designar uma ou mais ruas, para localização, dos cassinos e cabarês, procedendo a desapropriação se for preciso, ou mudar de localização se achar conveniente.

TÍTULO XIII

Das fontes e poços de água potável

Art. 115 — A Prefeitura tomará todas as medidas que se tornarem necessárias, para que os reservatórios de fontes públicas, sejam mantidas, de modo a atender todos os seus fins.

Art. 116 — É expressamente proibido:

a) — pescar nas fontes, poços ou açudes públicos, de água potável sem a necessária licença da Prefeitura, que só a concederá em tempo determinado que não prejudique a população e a criação;

b) — inutilizar ou obstruir cacimbas públicas ou fontes;

c) — lavar roupas ou animais perto das fontes ou poços, de forma que as águas provenientes dessas lavagens, venha correr para dentro das mesmas;

d) — tomar banho dentro ou perto desses reservatórios d'água;

e) — abastecer animais, ou permitir, o acesso a reservatórios d'água potável, ou praticar atos que possa poluir a mesma;

Art. 117 — Os proprietários dos reservatórios d'água particulares, ficam obrigados às mesmas medidas de higiene prescritas para os reservatórios públicos, com as mesmas proibições.

TÍTULO XIV

Das estradas e caminhos

Art. 118 — São considerados caminhos públicos os tradicionalmente reconhecidos e utilizados como tais; as estradas de rodagem, carroçáveis ou de trânsito pedestre, que estabeleçam comunicação entre a cidade e as vilas ou municípios circunvizinhos.

Art. 119 — Consideram-se caminhos particulares, os de uso exclusivo de determinadas pessoas.

Art. 120 — A autoridade deve procurar todo possível, conciliar o interesse público e o particular para a classificação dos caminhos, de acordo com as normas estabelecidas nos dois artigos anteriores.

Art. 121 — Os proprietários de terras neste município, são obrigados a roçar uma vez por ano, as estradas e caminhos de trânsito público nos terrenos de sua propriedade e aterrar as excavações feitas pelas águas nas referidas vias de comunicação.

§ 1.º — O roço das estradas terão seis metros e os dos caminhos quatro metros de largura, sendo a época destinada à execução desse serviço, compreendida entre os meses de abril e maio.

§ 2.º — O infrator será punido com a pena de multa de cr\$ 50,00 a cr\$ 100,00, além de pagar as despesas dos mesmos serviços de roço e aliter feitos pela Prefeitura.

Art. 122 — Não se poderão desviar, tapar ou obstruir, estreitar ou fechar estradas ou caminhos públicos, sem prévia licença da Prefeitura, que somente a concederá quando não importe em prejuízo ou turbacão ao trânsito público.

§ 1.º — O infrator será punido com a multa de cr\$ 20,00 a cr\$ 100,00, e será obrigado a desfazer o serviço a sua custa, dentro do prazo de dez dias a contar da intimação do Fiscal.

§ 2.º — Os que desviarem as estradas impedidas por água de águas feitos em rios ou riachos, abaixo das mesmas estradas, ficarão isentos da multa prevista no § anterior.

Art. 123 — É proibido, sob pena de multa de cr\$ 20,00 a cr\$ 50,00:

a) — fazer escavações nas estradas e caminhos públicos;

b) — cercas ou valados não deixando pelo menos dois (2) metros de cada lado;

c) — cortar árvores frondosas ou fruteiras, existentes à margem;

d) — deitar imundícies ou animais mortos;

e) — transitar, boladas, comboios, carros de bois e animais, nas estradas carroçáveis ou de rodagem, à margem das quais, existam caminhos para tais fins;

f) — assentar porteiras sem prévia licença da Prefeitura.

§ 1.º — Nas estradas de trânsito de pedestres, só se permitirá sentar porteiras de sete (7) palmos de largura, por dez (10) de altura.

§ 2.º — Nas estradas carroçáveis serão adotadas obrigatoriamente "MATA BURROS" de madeira ou ferro, segundo o molde estabelecido pela Prefeitura.

Art. 124 — Caso o Prefeito verifique, mediante reclamação de algum interessado a inconveniência do fechamento de uma estrada ou caminho, ainda que procedida, da licença da Prefeitura, tomará as providências necessárias, para que seja aberta a citada via de comunicação, sentando-se cancelas, que venha pelo menos tornar livre o trânsito público.

§ Único — Para providenciar sobre o caso previsto no presente artigo, poderá o Prefeito colher informações do Fiscal da Cidade, ou das vilas, ou por uma comissão que para tal fim nomeará.

TÍTULO XV

Das medidas administrativas

Da fiscalização:

Art. 125 — Incumbe aos fiscais do Município:

a) — visitar os estabelecimentos comerciais e feiras, a dar atentos ao cumprimento das Posturas Municipais, para que se cumpram as medidas legais determinadas pela autoridade competente;

b) — impor multas aos contraventores das Leis e Posturas Municipais;

c) — dar os devidos alinhamentos para construção ou reconstrução de qualquer prédio nas ruas da cidade e das vilas;

d) — ter severa vigilância, o asseio das ruas da cidade e das vilas; conservação das cercas dos seus respectivos circulos;

e) — informar sobre os pedidos de licença para edificação e reedificação, casas de negocio, abertura de estradas ou caminhos de serventis publica, movimento de qualquer industria e divertimento publico ou outros assuntos de interesses municipais;

f) — fiscalizar em sua circunscrição, a iluminação publica e levar ao conhecimento da Prefeitura, quaisquer ocorrências que julgar de importância;

g) — providenciar, imediatamente para que não se perturbe o socoço publico, com algazarras, jogos de football ou voleyball, nas ruas, calçadas, praças e outros locais de circulação;

h) — exercer as atribuições de inspetor de trânsito no caso a que se refere a letra D, do artigo 110.

Art. 126 — Ninguém terá o direito de obstar a entrada dos fiscais durante o dia, em estabelecimentos para execução das Posturas Municipais, sob pena de multa de cr\$ 50,00 a cr\$ 200,00.

Art. 127 — Achando-se os fiscais, impedidos do cumprimento de seus deveres por motivos de resistência da parte de terceiros, poderão recorrer ao auxilio da força publica, por intermedio do Prefeito.

Art. 128 — As despesas de diligencia, por efeito de fiscalização ou vistorias, serão pagas por quem as requerer, de acordo com a Lei orçamentaria em vigor.

TÍTULO XVI

Disposições extraordinarias

Art. 129 — O Prefeito para maior brilhantismo das festas cívicas, poderá determinar o fechamento do comercio em horario fóra do comum, incorrendo o infrator na multa de cr\$ 50,00 a cr\$ 200,00.

Art. 130 — Será obrigatorio nos dias de sábado, dias santos e feriados, o fechamento do comercio desta cidade, e nas vilas aos domingos, impondo-se ao infrator a multa referida ao artigo anterior.

§ 1.º — A proibição deste artigo, não se refere as farmacias, hotéis, padarias, bares, cafés, bilhares e estabelecimentos diversionais, desde que não efetuem dentro do mesmo local, outros negócios, além dos de sua competencia.

§ 2.º — Significa fechamento do comercio, não somente encerramento de suas portas, como também proibição de qualquer negocio mesmo a portas fechadas.

§ 3.º — Havendo necessidade ou urgencia comprovada, poderá o Prefeito, ou na falta deste, o Secretario e o Fiscal competente, autorisar sucessivamente a abertura do estabelecimento:

a) — para a venda de mercadorias determinadas;

b) — para o deposito de volumes de mercadorias pagamentos a viajantes ou qualquer motivos a juizo da autoridade.

CAPÍTULO I

Das desapropriações

Art. 131 — Poderá a critério do Prefeito, atendendo as necessidades de ordem publica, abrir avenidas, ruas, praças, travessas, construções de prédios publicos e outros casos previstos neste Código, faser desapropriações amigavel ou administrativamente, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Do processo de infração

Art. 132 — O processo de infração do presente Código e demais leis municipais, compete ao Prefeito, que o faz sumariamente.

Art. 133 — Se o infrator for menor ou irresponsavel, na forma da Lei, passará a multa ao seu representante legal.

Art. 134 — Não sendo as multas pagas no prazo máximo de quinze (15) dias, as multas serão cobradas executivamente, na forma da legislação em vigor.

Art. 135 — Sera considerado reincidente, tod, aquele que, praticar a mesma infração, ainda que tenha sido dispensada a multa, ao pagamento da multa correspondente a infração anterior.

Art. 136 — Sem quebra de zelo dos interessados da Edilidade e da população do Município, poderá o Prefeito dispensar as multas.

§ Único — No caso de reincidência a multa será cobrada no máximo, acrescida de 50 a 100%.

Art. 137 — É lícito a qualquer infrator, ou responsável pela infração, reclamar administrativamente contra o auto, devendo para isso, encaminhar uma petição ao Prefeito, com as razões que o assistam.

TÍTULO XVII

Disposições gerais

Art. 138 — Os símbolos municipais serão regulados em Lei especial.

Art. 139 — Cabe ao Prefeito, por si e seus agentes, a execução deste Código, podendo mesmo, se julgar necessário, recorrer ao auxilio da força publica e do Poder Judiciário.

Art. 140 — Aos casos omissos, ou não previstos neste Código, o Prefeito aplicará as disposições concernentes aos casos análogos e, não os havendo, eger-se-á pelo usos e costumes locais e pelos principios gerais de direito.

§ Único — O Prefeito procurará sempre que possível, nas suas deliberações, conciliar os interesses publicos com os particulares, prevalecendo aqueles em caso de divergencia.

Art. 141 — As disposições deste Código, não excluem a legislação Federal, Estadual e Municipal, considerando-se inexistentes as que o infringirem.

Art. 142 — Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, no Orgão Oficial do Estado.

Art. 143 — Revogam-se as disposições em contrario Clementino Cavalcanti Leite — Presidente

Oscar Veloso Freire — Vice-Presidente

Alfredo Cavalcanti de Andrade — 1.º Secretario

Manoel Pereira da Penha por — José Rodrigues Coura

— 2.º Secretario

Severino Hamar

Manoel Felix da Costa

Joaquim Francisco de Medeiros

Prefeitura Municipal de Alagôa Nova em 25 de Julho de 1949.

Antonio Leal da Fonseca — Prefeito

José Casado de Oliveira — Secretario

DECRETO-LEI Nº 12, de 21 de Dezembro de 1949.

ABRE crédito especial de quatro mil, duzentos, e setenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 4.275,00) para fazer face ao pagamento do ABONO

DE NATAL.

O Prefeito Municipal de Alagôa Nova, devidamente autorizado pela Lei nº 15, de 1.º de Dezembro de 1949, a Câmara Municipal, decreta:

Art. 1.º — Fica aberta a Tesouraria desta Prefeitura, o crédito especial de quatro mil, duzentos e setenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 4.275,00) para fazer face ao pagamento do ABONO

DE NATAL, concedido aos Funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal desta cidade.

Art. 2.º — O presente decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Alagôa Nova, em 21 de Dezembro de 1949, 61.º da Proclamação da Republica.

ANTONIO LEAL DA FONSECA — Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

LEI Nº 31, de 13 de Dezembro de 1949.

O Prefeito Municipal de Sousa, fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer

Faco saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica denominada a rua Dr. ODON BEZERRA o trecho da rua Getúlio Vargas, a começar do prédio de nº 404, prolongando-se até o final da respectiva rua constante da planta oficial desta cidade.

Art. 2.º — Na forma do art. 1.º, o lançamento da rua ora denominada de Dr. ODON BEZERRA, na planta da cidade.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sousa, em 13 de Dezembro de 1949.

EMÍDIO SARMENTO DE SA — Prefeito.

ESTANCIA HIDRO MINERAL BREJO

— DAS FREIRAS —

Altitude — 259 ms.

EXCELENTE ESTAÇÃO DE CURA E REPOUSO

3 Fontes de Águas Minerais

RODIOTIVAS — Magnesianas — Sulfurosas — ricas em cálcio, potássio, ferro, fósforo, cloratos, sulfatos e efímeras nas Dermatoses — Doenças Gastro-Intestinais — Hepáticas — Renais — Artrites — Clorose — Reumatismo — Litase Biliar — Anemia — de ação imediata na regularização da pressão arterial.

A nova direção acaba de aparelhar os 2 hotéis existentes a fim de atender a todos aqueles que necessitam de cura e repouso.

HOTEL ALFREDO CHAVES

Diárias: Cr\$ 25,00

Este hotel está aparelhado para oferecer Higiene — Simplicidade e Sadio Alimentoação.

GRANDE HOTEL

Quartos: Solteiro Cr\$ 70,00.

Casal Cr\$ 130,00.

Apartamento Casal Cr\$ 180,00.

Crianças até 10 anos: 1/2 diária

BREJO DAS FREIRAS

Município de Antenor Navarro — Paraíba

Endereço Telegráfico: TERMAS — Antenor Navarro

COMPANHIA HIDRO-ELETRICA DO SÃO FRANCISCO

Integralização de capital — 3.ª chamada

De conformidade com instruções recebidas da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, convidamos todos os subscritores de ações preferenciais daquela Companhia a recolherem neste Banco 15% (quinze por cento) do valor das ações subscritas.

Tais recolhimentos poderão ser efetuados em expediente normal, a partir de 3 de janeiro até 31 de março de 1950.

João Pessoa, 29 de dezembro de 1949.

BANCO DO BRASIL, S. A. em JOÃO PESSOA.

Waldemar de Alencar Corvelho Luna

Contador

Carlos Barros de Sá

Gerente

Gêlo — Chopp — Guaraná e Cervejas em qualquer quantidade, durante as Festas de Natal e Ano Novo

ARMAZENS FRIGORIFICOS

Rua Santo Elias, 277 — Fône 1008

JOALHARIA CARIOCA

ATENÇÃO

Os proprietários da JOALHARIA CARIOCA, avistam a sua distinta clientela que costumam encomendas de óculos sob indicação médica, que serão avistadas no Rio pela importação e CASA OTICA daquela praça. Asseguram ao freguez a máxima brevidade e vantagem em preço. Armazões para óculos, das mais modernas tais como: BIG, GILDA, GARBO, EXISTENCIA-LISTA.

JOALHARIA CARIOCA

Duque de Coxias, 541 — Telefone: 1799

JOÃO PESSOA — PARAIBA

João Pessoa, 1. de Janeiro de 1950

EDITAL. — O dr. Antonio Taveira de Farias, Juiz de Direito da comarca de Itaporanga, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem, dele noticiem e tenham interesse, que no dia vinte e seis (26) de janeiro do ano de 1950, pelas quatorze (14) horas, à porta do Cartório do 1.º Ofício desta comarca, o porteiro dos auditórios, ou quem suas vezes fizer, levará a pregão, a quem mais, der e maior lance oferecer, além do valor estipulado no re-

Divisão de Fomento da Produção Vegetal

EDITAL N.º 1

De ordem do agrônomo Quintino Dourado de Albuquerque Maranhão, Chefe da Seção de Fomento Agrícola neste Estado e em virtude da autorização do Sr. Diretor da Divisão de Material faço publico para conhecimento dos interessados, que no dia 11 de janeiro proximo ás 15 horas, no Posto da referida Reparação na cidade de Patos deste Estado serão vendidos ao publico leilão, a quem maior lance oferecer, 11,200 quilos de algodão em caroço, que se acham armazenados no referido campo.

Secção de Fomento Agrícola
em João Pessoa, 30 de dezembro.

**EDIFÍCIO-SEDE DO
IPASE — Edital de con-
corrência — Venda de
materiais**

A Comissão Fiscalizadora do Edifício Sede do IPASE, ora em construção avisa aos interessados que receberá propostas para venda dos seguintes materiais existentes nas obras, os quais foram considerados desnecessários:

2.000 pés de taboas de pinho

JOALHARIA
O M
OS RELOGIOS
MAIS FINOS
ANIS E AR-
TIGOS PARA
PRESENTE
G
BAN
RUA DU



de terceira, usadas, (preço por pé); 1.000 paus roliço, de escoamento, usados, (preço por unidade); 3.000 quilos de sucata de ferro (preço por quilo); 200 quilos de arame de ferro número 18 (preço por quilo); 30 metros cúbicos, aproximadamente, de lenha (preço por metro cúbico).

Os interessados, antes de apresentarem as suas propostas, poderão verificar nas obras as condições dos materiais aludidos.

As propostas deverão ser endereçadas ao Escritório desta Comissão, com sede à rua Cardoso Vieira n.º 198 1.º andar, desta Cidade, em envelope devidamente fechado, até o dia nove (9) de janeiro de 1950, imperivelmente.

As propostas serão abertas no dia imediato, pela 9 horas da manhã e julgadas por esta Comissão em presença dos concorrentes.

Observação: — A firma construtora terá a preferencia da aquisição dos materiais no caso que os preços propostos pelos concorrentes lhe convenham.

João Pessoa, 29 de dezembro
de 1949.

A Comissão Fiscalizadora —
Eng. Serafim Rodriguez Mar-
tinez, Eng. José Gonçalves de
Carvalho, Eng. Osvaldo Nobre
Fontes.

JUIZ DE DIREITO DA
COMARCA DE ARARUNA

— Edital de citação de devedor ausente, com o prazo de 60 dias. O Dr. Manoel Carneiro de Farias, Juiz de Direito da Comarca de Araruna, Estado da Paraíba, em virtude da Lei etc. FAZ saber a todos quantos este edital vierem ou dele noticiarem e interessar possa que por parte do Dr. Promotor Público me foi dirigido a petição do seguinte teor — “Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Araruna: Diz o Promotor Público desta Comarca na qualidade de Ajudante de Procurador Fiscal, da Fazenda Federal, que Laure

Celso Rodrigues, morador em Tacima, dessa Comarca, é devedor à mesma Fazenda da quantia de cento e seis cruzados e cinquenta centavos (C\$ 106,50) proveniente do Imposto de Renda e multa do exercício de 1947, de acordo com o art. 2148, do Decreto nº 24.239, de 22 de Dezembro de 1947, como consta da certidão de inscrição da dívida junta, extraída pela Colômbia Federal de Caçarea, e por isso requer a V. Excia. que se digne de mandar passar mandado para que seja citado o suplicado e na sua falta, seus herdeiros ou responsáveis, a fim de pagar, incontinenti, a dita quantia; e, não o fazendo, proceder-se à penhora em bens, quando os bastem para o respectivo pagamento e das custas que acrescentem, ficando ele logo citado para os termos ulteriores da execução, até final e efetivo pagamento o seu débito, sob pena de revelia, citando-se

crevo, (as.) José Antonio So-
bral Filho — Manoel Carnei-
rão de Farias. — Está conform.
com o Original. Data supra. C
Estrivão; — José Antonio So-
bral Filho

EDITAL DE CITAÇÃO DE
HERDEIROS AUSENTES
COM O PRAZO DE TRINTA
(30) DIAS, O DR. Darci Me
deiros, Juiz de Direito da 2ª
Vara, da Comarca de Campinas
Grande, Estado da Paraíba
em virtude da lei, etc

Faço saber a todos quanto o presente edital de citação de herdeiros autêntico, com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele noticia tiverem e interessar porque tendo sido iniciado por este Juízo, o inventário dos bens deixados por falecimento de João Theodoro da Oliveira, e tendo declarado a inventariante Maria Francisca da Conceição, que acha e

reia, Estado da Paraíba, em
virtude da lei etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou de noticia tiverem intereçar po-
na que tendo sido iniciado nes-
te Juizo o inventario dos bens
deixados por falecimento do
Paulino Batista de Miranda,
e estando os auctores os her-
deiros Otacilio Batista de Mi-
randa e Berto Batista de Mi-
randa, ambos residentes na ci-
dade de Alagôa Grande, deste
Estado, José Batista de Miran-
da, ausente, residente em lu-
gar ignorado, José de Miran-
da e Maria Miranda, ambas
residentes em João Pessoa,
Capital deste Estado, ordenei
que passasse o presente edital
o prazo de quarenta dias para
em cinco dias após aquete pra-
zo que correrá em cartório, vi-
rem fallar sobre as declarações
da inventariante dona Porfiria
de Maria da Conceição e demais

Tem a satisfação de renovar a todos os bons Amigos e Clientes o oferecimento dos seus serviços, desejando-lhes 365

dias muito felizes!



AGENCIA DA PARAÍBA—João Pessoa

Edif. da Assoc. Comercial — Fône 1580

ODENOR NACRE GOMES — Agente Geral

qualmente sua mulher, caço a
penhora recaia em bens imóveis
gais. Em 24.8.49. (a) M. Pa-
rias" — Expedido o mandado de
execução, foi, pelo Oficial de
Justiça encarregado da diligên-
cia certificado que o executado
Lauro Celso Rodrigues mudou-
se da vila de Tacima para a de
Belem, do Município e Comar-
ca de Caiçara. — Expedida
José Antonio Sobral Filho,
Escrivão, datilografai e subs-

ausente o herdeiro João Theodosio, solteiro, maior, residente na cidade de Esperança, desta Estado, para no prazo da presente a citação comparecer no cartório do 2º ofício deste Juízo da escrevente que este supõe ver, sio à Praça da Bandeira 105, nesta Cidade, a fim de dizer sobre as declarações no inventário dos bens deixados por falecimento de João Theodosio de Oliveira. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou o MM. Juiz publicar o presente edital que será publicado no Orgão Oficial do Estado na forma da Lei, etc. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, aos 10 dias do mês de novembro de 1919. Eu, Maria Guimarães do Santos, escrevente autorizada o datografei e assino. A Es-

termos do inventário até julga-
mento final, sob pena de re-
velia. E para que chegue ao
conhecimento de todos, manda-
r passar o presente, que será a-
fixado na porta dos auditórios
e publicado na imprensa ofi-
cial. Dado e passado nesta ci-
dade de Areia, em 13 de ju-
lho de 1949. Eu, Crisólito
Laureano dos Santos, Escrivão
o escrevi. (ass.) LAURO de Mi-
ranza Lemos — Esta conforme
com o original; dou fe. Da
supra. O Escrivão. — Crisólito
Laureano, dos Santos

Estado na forma da Lei, etc.
Dado e passado nesta cidade,
de Campina Grande, aos 10
dias do mês de novembro de
1949. Eu, Maria Guimarães do
Santo, escrevente autorizada
o datilografei e assino. A Es-
crevente Maria Guimarães do
Santo, (a.s.) Davi Medeiros.
Este conforme com o original
ao qual me reporto; dou fé. A
escrevente — Maria Guimarães
do Santo.

EDITAL de citação com o prazo de 40 dias. O Dr. Lauro de Miranda Lemos, Juiz de Direito desta Comarca de A-

ELITAL de citação de herdeiros ausentes com o prazo de 30 dias. O dr. Artur Virgílio de Moura, Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc

FAZ saber a todos quantos este edital virem, dele noticia tiverem e interessar possa, que por este Juizo e cartorio do escrivão que este subscrive se está processando o inventário e partilha dos bens deixados por falecimento de Luiz Xavier de Andrade, e como a inventariante, dona Francisca Aulã de Medeiros, declarou a-

OS RELOGIOS
MAIS FINOS
ANES E AR-
TIGOS PARA
PRESENTE

EXISTENCIALISTA.
GARBO, GILDA, RAY-
AN, NUMONT, ETC.

OS OCULOS
MAIS MODERNOS
ARTIGOS RELIGIOSOS

RUA DUQUE DE CAXIAS, 541 - JOÃO PESSOA - PARAIBA

Domingo, 1 de janeiro de 1950

Alves da Luz, Galdino Vito
de Araújo, José Barros Morci
ra José Antonio de Lima, Joa
quim Rodrigues Correia Lima
Joachim Santiago da Silva

Maria de Carmo Silva, Odon Bezerra Cavalcanti, Precilho Ribeiro da Silva, Severina Ferreira da Cunha e Severino Almeida, do Rio Grande.

A fim de evitar, do prazo de 10 dias, poderão as partes interessadas fazer as reclamações que tiverem tido na forma da lei eleitoral vigente. Os que quiserem o prazo de 15 dias, que se publicou legalmente. Dado a parte, nesta cidade de Jussara, 29 de Dezembro de 1935.

Eu Carlos Neves da França, Escriba, Eleitoral da 1ª zona de Jussara e Agido, — O Escriba, Carlos Neves da França.

— O dr. Antonio do Couto
Cartaxo, Juiz de Direito, dest
Comarca de Cajazeiras, en
virtude de lei, etc. — FACC

Sede á Praça Antonio Rabel
antigo Largo da Viração
n.º 18.

Antecipadamente de
parecerem a esse ato d

de Magalhães
VERSARIO,
nãos e filhos, cunhados e
gidos com o desamparo
vel esposo, pai, irmão,
GUSTO DE MAGALHÃES
amigos para assistirem à
jorno de sua alma man-
de Nossa Senhora de
a 3 do corrente (terça-

adecem a todos que com-
piedade cristã.

ao Glorioso Santo Cristo
 Ipojuca duas graças alcança
 com promessa de publicação.

a tratar com Aluizio Cha
na mesma fazenda.

Содержание

ao Glorioso Santo Cristo
 Ipojuca duas graças alcança
 com promessa de publicação.